



**EBITDA**

O EBITDA da RD Station apurado em 2025 foi de R\$67 milhões, crescimento de 231% em relação aos R\$20 milhões registrados em 2024. A Margem EBITDA correspondente atingiu 10,3%, expansão de 670 pontos base a/a.

Excluindo os efeitos dos itens extraordinários, o EBITDA Ajustado da RD Station totalizou R\$79 milhões, o que representa um crescimento de 45% frente aos R\$54 milhões obtidos no ano de 2024. A Margem EBITDA Ajustada encerrou 2025 em 12,1%, avanço de 230 pontos base em relação aos 9,9% reportados em 2024.

**Techfin**

A Techfin é uma *joint venture* com o Itaú Unibanco dedicada à oferta de soluções financeiras no formato digital e integradas aos sistemas de gestão (ERP *Banking*) das Companhias, com foco em aumentar a eficiência das operações financeiras dos clientes.

A proposta da Techfin está em democratizar o acesso ao crédito e serviços financeiros, especialmente para pequenas e médias empresas, utilizando inteligência de dados e automação integrada ao ERP para reduzir riscos, melhorar a tomada de decisão e gerar conveniência.

Com o anúncio do fechamento da transação com o Itaú, a TOTVS passou a deter 50% de participação na operação da TOTVS Techfin a partir de agosto de 2023. Os resultados dessa operação não são consolidados no Fluxo de Caixa e no Balanço Patrimonial da Companhia, sendo o resultado da operação da TOTVS Techfin somado à proporção de 50% na linha de Equivalência Patrimonial.

Resultado de Techfin (em R\$ milhões)	2025	2024	Δ a/a
<b>Receita de Techfin Líquida de Funding</b>	<b>175,1</b>	<b>153,8</b>	13,9%
Receita de Produtos de Crédito	264,5	215,5	22,7%
Custo de Funding	(95,9)	(69,5)	38,0%
Receita de Fee	6,6	7,7	(15,4%)
Provisão para Perda Esperada	(16,0)	(15,3)	4,8%
OPEX Ajustado	(135,7)	(122,1)	11,1%
<b>EBITDA Ajustado Techfin</b>	<b>23,4</b>	<b>16,3</b>	43,3%
% EBITDA Ajustado Techfin	13,4%	10,6%	280 pb
Below EBITDA Ajustado	(12,0)	(16,1)	(25,5%)
Amort. de Intang. de Aquisições LÍq. de IR / CS	2,5	10,5	(76,1%)
<b>Lucro Ajustado da Techfin</b>	<b>13,9</b>	<b>10,7</b>	29,9%
% Lucro da Techfin	7,9%	7,0%	90 pb
Itens Extraordinários Líq. de IR / CS	-	(1,8)	(100,0%)
Amort. de Intang. de Aquisições Líq. de IR / CS	(2,5)	(10,5)	(76,1%)
<b>Lucro (Prejuízo) da Techfin</b>	<b>11,4</b>	<b>(1,6)</b>	(827,1%)
Resultado de Equivalência Patrimonial - TOTVS	11,4	(1,6)	(827,1%)

**Receita Líquida de Funding**

A Receita Líquida de *Funding* encerrou 2025 em R\$175 milhões, crescimento de 14% em relação aos R\$154 milhões de 2024. Esse avanço foi impulsionado pelo desempenho da Receita de Produtos de Crédito, que cresceu 23% no período, totalizando R\$265 milhões. O Custo de *Funding* encerrou o exercício em R\$96 milhões, com crescimento de 38% em relação aos R\$70 milhões de 2024.

A Receita de *Fee* registrou R\$7 milhões em 2025, com redução de 15% comparado aos R\$8 milhões de 2024. Esta linha representa a menor parcela da composição da receita total da Techfin. A variação negativa reflete o mix de produtos e serviços financeiros prestados no período.

A Provisão para Perda Esperada manteve-se estável, totalizando R\$16 milhões em 2025, o que representa um aumento de 5% em relação aos R\$15 milhões registrados em 2024.

**Despesas Operacionais (OPEX)**

O OPEX Ajustado da Techfin totalizou R\$136 milhões em 2025, aumento de 11% frente aos R\$122 milhões do ano anterior. É importante notar que o crescimento das despesas operacionais permaneceu abaixo do crescimento da Receita Líquida de *Funding*. Essa dinâmica evidencia ganhos de alavancagem operacional e eficiência.

BALANÇOS PATRIMONIAIS		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)									
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.688.747</b>	<b>1.617.998</b>	<b>3.875.770</b>	<b>2.763.558</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.461.536</b>	<b>683.879</b>	<b>1.978.222</b>	<b>1.144.187</b>
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.412.901	991.050	1.785.703	1.942.162	Obrigações sociais e trabalhistas	16	291.564	246.404	462.060	438.679
Garantias de investimentos	20	889	7.554	20.983	13.974	Fornecedores	17	178.333	158.437	220.761	211.971
Contas a receber de clientes	8	466.880	366.378	639.136	563.328	Obrigações fiscais	17	95.151	80.058	133.820	122.612
Tributos a recuperar	9	30.024	54.152	53.840	83.519	Comissões a pagar	24	58.746	56.714	76.968	69.126
Outros ativos	12	212.741	198.864	249.998	160.575	Dividendos a pagar	18	1.652	1.222	1.652	1.222
Ativos mantidos para venda	5	565.312	-	1.126.110	-	Arrendamentos	24	33.840	45.663	42.493	58.133
						Debêntures	19	100.079	62.845	100.079	62.845
						Obrigações por aquisição de investimentos	20	978	7.643	28.636	115.659
						Opção de compra de participação de não controladores	22	651.384	-	651.384	-
						Outros passivos	49.809	24.893	84.146	63.950	
						Passivos mantidos para a venda	5	-	-	176.223	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>5.673.546</b>	<b>5.849.673</b>	<b>5.576.401</b>	<b>5.768.163</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.795.477</b>	<b>2.102.440</b>	<b>2.030.492</b>	<b>2.400.403</b>
Realizável a longo prazo		431.159	308.173	828.204	785.927	Arrendamentos	18	189.756	52.427	216.440	68.285
Garantias de investimentos	20	-	-	153.790	188.845	Debêntures	19	1.477.270	1.472.286	1.477.270	1.472.286
Contas a receber de clientes	8	15.586	9.634	22.784	13.796	Provisão para contingências	21	92.180	84.358	106.763	106.272
Créditos com empresas ligadas	11	8.282	7.675	6.875	5.050	Obrigações por aquisição de investimentos	20	-	-	158.852	228.249
Ativos financeiros	6,2	142.018	85.508	228.254	179.830	Opção de compra de participação de não controladores	22	-	444.771	-	444.771
Ativo fiscal diferido	10	107.681	81.511	243.775	253.511	Outros passivos	36.271	48.598	71.167	80.540	
Depósito judicial	21	25.474	25.296	28.085	28.373						
Outros ativos	12	132.118	98.549	144.641	116.522	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	23	<b>5.105.280</b>	<b>4.681.352</b>	<b>5.443.457</b>	<b>4.987.121</b>
Investimentos	13	4.176.172	4.639.945	290.754	321.796	Capital social		2.962.585	2.962.585	2.962.585	2.962.585
Imobilizado	14	479.594	327.911	553.190	399.215	Ações em tesouraria		(304.714)	(350.163)	(304.714)	(350.163)
Intangível	15	586.621	573.644	3.904.253	4.261.225	Reservas de capital		137.369	281.801	137.369	281.801
						Reservas de lucro		2.248.964	1.715.436	2.248.964	1.715.436
						Ajustes de avaliação patrimonial		61.076	71.693	61.076	71.693
						Patrimônio líquido de não controlador		-	-	338.177	305.769
<b>Total do Ativo</b>		<b>8.362.293</b>	<b>7.467.671</b>	<b>9.452.171</b>	<b>8.531.721</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>8.362.293</b>	<b>7.467.671</b>	<b>9.452.171</b>	<b>8.531.721</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)

Saldos em 01 de janeiro de 2025	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Não controladores	Patrimônio líquido consolidado				
		Prêmio por aquisição		Reserva legal	Retenção de lucros						Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Não controladores	Patrimônio líquido
		Capital social integralizado	Ações em tesouraria											
Transação de capital com acionistas		-	45.449	-	(144.432)	-	-	(358.213)	-	(457.196)	3.407	(453.789)		
Plano de outorga de ações	25	-	-	-	71.184	-	-	-	-	71.184	-	-		
Juros sobre capital próprio	24	-	-	-	-	-	-	(358.213)	-	(358.213)	-	(358.213)		
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.407	3.407		
Venda de ações em tesouraria	23	-	45.449	-	(45.449)	-	-	-	-	-	-	-		
Opção de compra de participação de não controladores	22	-	-	-	(170.167)	-	-	-	(170.167)	-	-	(170.167)		
<b>Resultado abrangente total</b>		-	-	-	-	891.741	(10.617)	881.124	29.001	910.125	-	910.125		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	891.741	-	891.741	29.001	920.742	-	920.742		
Ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	-	-	-	(10.981)	(10.981)	-	(10.981)		
Perda atuarial		-	-	-	-	-	364	364	-	364	-	364		
<b>Constituição de reservas</b>		-	-	-	-	44.587	488.941	(533.528)	-	-	-	-		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>2.962.585</b>	<b>(304.714)</b>	<b>(24.323)</b>	<b>(161.692)</b>	<b>272.776</b>	<b>1.976.188</b>	<b>(533.528)</b>	<b>61.076</b>	<b>5.105.280</b>	<b>338.177</b>	<b>5.443.457</b>		

Saldos em 01 de janeiro de 2024	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Não controladores	Patrimônio líquido consolidado				
		Prêmio por aquisição		Reserva legal	Retenção de lucros						Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Não controladores	Patrimônio líquido
		Capital social integralizado	Ações em tesouraria											
Transação de capital com acionistas		-	(66.718)	-	(456.492)	-	911	(265.707)	-	(788.006)	(4.258)	(792.264)		
Plano de outorga de ações	25	-	-	-	48.158	-	-	-	-	48.158	-	48.158		
Venda de ações em tesouraria	23	-	45.449	-	(45.449)	-	-	-	-	-	-	-		
Opção de compra de participação de não controladores	22	-	-	-	(170.167)	-	-	-	(170.167)	-	-	(170.167)		
<b>Resultado abrangente total</b>		-	-	-	-	891.741	(10.617)	881.124	29.001	910.125	-	910.125		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	891.741	-	891.741	29.001	920.742	-	920.742		
Ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	-	-	-	(10.981)	(10.981)	-	(10.981)		
Perda atuarial		-	-	-	-	-	364	364	-	364	-	364		
<b>Constituição de reservas</b>		-	-	-	-	35.876	415.930	(451.806)	-	-	-	-		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>2.962.585</b>	<b>(350.163)</b>	<b>(24.323)</b>	<b>(306.124)</b>	<b>228.189</b>	<b>1.487.247</b>	<b>(533.528)</b>	<b>61.076</b>	<b>5.105.280</b>	<b>338.177</b>	<b>5.443.457</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EBITDA**

O EBITDA Ajustado Techfin totalizou R\$23 milhões em 2025, tendo aumento de 43,3% em relação aos R\$16 milhões registrados em 2024. A margem EBITDA ajustada da unidade passou de 10,6% para 13,4%, representando expansão de 280 pb no período.

A linha *Below EBITDA Ajustado* encerrou o exercício em R\$12,0 milhões negativos, redução de 25% comparado aos R\$16 milhões negativos de 2024.

**Lucro Líquido**

A Techfin apresentou reversão histórica nos resultados, passando de prejuízo de R\$1,6 milhões em 2024 para um Lucro Líquido de R\$11 milhões em 2025, crescimento de 827% o que reflete integralmente na linha de equivalência patrimonial da TOTVS. Esse desempenho foi impulsionado pelo crescimento da Receita Líquida de *Funding* combinado ao ganho de eficiência da operação, permitindo que a margem de lucro subisse de 7,0% para 7,9% (+90 pb). Na visão ajustada, o Lucro da Techfin atingiu R\$14 milhões (+30% a/a), reforçando a trajetória consistente de evolução da rentabilidade e a qualidade do portfólio de crédito, que manteve baixos níveis de inadimplência no período.

**MERCADO DE CAPITAIS**

A TOTVS encerrou o ano com capital social de R\$2.963 bilhões, composto por 599.401.581 ações ordinárias, sendo 89% de seu capital como ações em circulação (*free-float*), dos quais 8,7% compostos por investidores nacionais e 91,3% por investidores estrangeiros. O cálculo das ações em circulação tem como base todas as ações da Companhia, excluindo-se as participações dos Administradores e pessoas ligadas, assim como as ações em tesouraria.

Em 2025, as ações da TOTVS (B3:TOTS3) apresentaram variação positiva de 57%, enquanto o IBOVESPA apresentou valorização de 34%. O volume financeiro médio no ano de 2025 registrou R\$131,7 milhões/dia, versus R\$109,9 milhões/dia registrados em 2024.

**Juros sobre o capital próprio referente ao exercício 2025:** Em 18 de março de 2025, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio, relativos ao primeiro trimestre do exercício de 2025, no montante total de R\$82,026 milhões. Tiveram direito aos Juros sobre capital próprio todos os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia na data base de 24 de março de 2025. Tais Juros sobre capital próprio foram pagos no dia 04 de abril de 2025.

Em 16 de junho de 2025, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio, relativos ao segundo trimestre do exercício de 2025, no montante total bruto de R\$89,144 milhões. Tiveram direito aos Juros sobre capital próprio todos os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia na data base de 23 de junho de 2025. Tais Juros sobre capital próprio foram pagos no dia 7 de julho de 2025.

Em 17 de setembro de 2025, foi aprovado o pagamento de Juros sobre capital próprio, relativos ao terceiro trimestre do exercício de 2025, no montante total bruto de R\$89,144 milhões. Tiveram direito aos Juros sobre capital próprio todos os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia na data base de 23 de setembro de 2025. Tais Juros sobre capital próprio foram pagos no dia 6 de outubro de 2025.

Em 10 de dezembro de 2025, foi aprovado o pagamento de Juros sobre capital próprio, relativos ao quarto trimestre do exercício de 2025, no montante total bruto de R\$99,899 milhões. Tiveram direito aos Juros sobre capital próprio todos os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia na data base de 15 de dezembro de 2025. Tais Juros sobre capital próprio foram pagos no dia 30 de dezembro de 2025. Os montantes de Juros sobre o capital próprio relativos ao exercício 2025 foram imputados aos dividendos obrigatórios.

**Juros sobre o capital próprio referente ao exercício 2024:** Em 01 de agosto de 2024, foi aprovado o pagamento de Juros sobre capital próprio relativos ao primeiro semestre do exercício de 2024, no montante total de R\$128,893 milhões. Tiveram direito aos Juros sobre capital próprio todos os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia na data base de 06 de agosto de 2024. Tais Juros sobre capital próprio foram pagos no dia 26 de agosto de 2024.

Em 25 de novembro de 2024, foi aprovado o pagamento de Juros sobre capital próprio no montante total bruto de R\$128,893 milhões. Tiveram direito aos Juros sobre capital próprio todos os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia na data base de 3 de dezembro de 2024. Tais Juros sobre capital próprio foram pagos no dia 27 de dezembro de 2024. Os montantes de Juros sobre o capital próprio relativos ao exercício 2024 foram imputados aos dividendos obrigatórios.</

(Continuação)

TOTVS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS – Companhia Aberta de Capital Autorizado – CNPJ 53.173.791/0001-22



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)**

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 (Reclassificado)	2025	2024 (Reclassificado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>890.620</b>	<b>743.163</b>	<b>1.041.978</b>	<b>759.433</b>
<b>Lucro antes da tributação do imposto de renda e contribuição social</b>				
<b>Ajustes por:</b>				
Depreciação e amortização	14/15	232.995	203.263	341.084
Pagamento baseado em ações	25	82.603	45.817	82.603
(Ganho)/Perda na baixa / venda de ativo imobilizado e intangível		(9.159)	(9.185)	(5.041)
Provisão para perda esperada	8	37.607	30.007	59.622
Equivalência patrimonial	13	(283.662)	(250.920)	(11.423)
Provisão para contingências	21	35.954	20.282	37.489
(Reversão) provisão de outras obrigações e outros		(7.95)	(24.067)	14.005
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos		279.833	222.365	282.140
		<b>1.265.996</b>	<b>980.705</b>	<b>1.437.888</b>

<b>Varição em ativos e passivos operacionais</b>				
Contas a receber de clientes	(144.061)	(27.335)	(182.460)	(67.157)
Impostos a recuperar	(13.549)	(40.121)	(24.896)	(46.402)
Depósitos judiciais	(3.740)	1.152	(3.816)	(6.162)
Outros ativos	(118.660)	(78.539)	(130.349)	(82.215)
Obrigações sociais e trabalhistas	71.095	45.366	84.513	79.873
Fornecedores	19.896	45.160	10.456	49.922
Comissões a pagar	2.032	3.747	7.808	3.872
Impostos a pagar	(10.997)	14.789	(24.876)	2.569
Outras contas a pagar	(19.471)	(7.802)	(27.432)	(20.653)
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>1.048.541</b>	<b>937.122</b>	<b>1.551.411</b>	<b>1.358.672</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(195.152)	(175.885)	(198.614)	(177.828)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(91.065)</b>	<b>(39.118)</b>	<b>(149.614)</b>	<b>(147.859)</b>
<b>Fluxos de caixa (utilizado) / proveniente das atividades de Investimentos</b>	<b>13.2</b>	<b>(34.505)</b>	<b>(150.209)</b>	<b>-</b>
Aumento de capital em controladas / coligadas		322.494	105.196	35.493
Dividendos recebidos		(133.967)	(100.983)	(159.804)
Pagamento pela aquisição de ativo imobilizado	14	(88.299)	(108.036)	(97.824)
Pagamento pela aquisição de intangível	15	2.858	11.895	15.883
Mútuo com franquias		-	-	(8.117)
Aquisição de controlada, líquido de caixa		-	-	(97.068)
Pagamento de obrigações por aquisição de investimentos		-	21.144	-
Valor recebido na venda de investimentos		8.557	10.286	11.252
Valor da venda de ativos imobilizados e intangível		(60.325)	(47.025)	(60.325)
Investimento em fundo CVC		1.419	-	(578.823)
Caixa (utilizado) / proveniente da RJ Participações e Dimensa	5			
<b>Caixa líquido (utilizado) / proveniente das atividades de investimento</b>	<b>18.232</b>	<b>(257.732)</b>	<b>(939.333)</b>	<b>(1.253.473)</b>

<b>Fluxos de caixa (utilizado nas) / proveniente das atividades de financiamento</b>				
Pagamento de principal de empréstimos		-	(32.083)	-
Pagamento de principal de debêntures		-	(1.500.000)	-
Pagamento das parcelas de arrendamento mercantil	(52.210)	(48.003)	(62.526)	(59.402)
Captação de debêntures e empréstimos		1.474.982	-	1.474.982
Crédito com empresas ligadas	(712)	2.166	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(357.783)	(265.352)	(357.783)	(265.352)
Recupera de ações		(571.368)	-	(571.368)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(410.705)</b>	<b>(939.658)</b>	<b>(420.309)</b>	<b>(966.512)</b>
<b>(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>421.851</b>	<b>(475.271)</b>	<b>(156.459)</b>	<b>(1187.000)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	991.505	1.466.321	1.942.162	3.129.162
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.412.901	991.050	1.785.703	1.942.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto Operacional**

**1.1. Informações Gerais:** A TOTVS S.A., (“Controladora”, “TOTVS” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Av. Braz Lame, 10, em São Paulo, SP, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código TOTS3. **1.2. Operações:** A Companhia tem por objetivo prover soluções de negócio para empresas de todos os portes, através do desenvolvimento e comercialização de softwares de gestão, plataforma de produtividade, colaboração e inteligência de dados, marketing digital, bem como a prestação de serviços de implementação, consultoria, assessoria e manutenção, e-commerce e mobilidade. As soluções desenvolvidas pela Companhia e suas controladas são segregadas conforme setores da economia, produzindo uma maior relevância das soluções dentro do contexto de negócios dos nossos clientes. A Companhia, através da *Joint Venture* TOTVS Techfin, possui operações de serviços financeiros, emissão e gestão de cartões de crédito, incluindo análise de crédito e intermediação de solicitações de financiamento em seu negócios, com um modelo de negócio leve e inteligente, que une ciência de dados, integração com ERPs e ampla distribuição, além de acesso a *funding* eficiente para suportar a expansão da operação.

**2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelas disposições contidas nas Leis das Sociedades por Ações, que estão em conformidade com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). As demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2026, após recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário em reunião realizada no dia 06 de fevereiro de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia e suas controladas. **2.2. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro modo e foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aplicadas de modo consistente aos períodos anteriormente apresentados. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à investida e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre ela. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre a Companhia e suas controladas, são totalmente eliminados na consolidação. **Participação de acionistas não-controladores** – A Companhia e suas controladas elegeram mensurar qualquer participação de não controladores, inicialmente, pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Perda de controle** – Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia e suas controladas deixam de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retêm qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Investidas	Sede	Participação	Atividade principal	% de Participação	
				2025	2024
Soluções em Software e Serviços TTS Ltda. (“TTS”)	BRA	Direta	Operação de software	100,00%	100,00%
TOTVS Tecnologia em Software de Gestão Ltda. (“TOTVS Gestão”) (v)	BRA	Direta	Operação de software	-	100,00%
VarejOnline Tecnologia e Informática Ltda. (“VarejOnline”)	BRA	Indireta	Operação de software	100,00%	100,00%
Feedz Tecnologia S.A. (“Feedz”) (ii)	BRA	Indireta	Operação de software	-	60,00%
TOTVS Argentina S.A. (“TOTVS Argentina”)	ARG	Direta	Operação de software	100,00%	100,00%
TOTVS México S.A. (“TOTVS México”)	MEX	Direta	Operação de software	100,00%	100,00%
TOTVS Colômbia S.A. (“TOTVS Colômbia”)	COL	Direta	Operação de software	100,00%	100,00%
TOTVS Incorporation (“TOTVS Inc.”)	EUA	Direta	Operação de software	100,00%	100,00%
Dimensa S.A. (“Dimensa”)	BRA	Direta	Operação de software	62,50%	62,50%
Quiver Desenvolvimento e Tecnologia Ltda. (“Quiver Desenvolvimento”)	BRA	Indireta	Operação de software	62,50%	62,50%
Quiver Soluções de Tecnologia Ltda. (“Quiver Soluções”)	BRA	Indireta	Operação de software	62,50%	62,50%
RBM Web - Sistemas Inteligentes LTDA (“RBM Web”)	BRA	Indireta	Operação de software	62,50%	62,50%
Agger S.A. (“Agger”) (vii)	BRA	Direta	Operação de software	62,50%	-
TOTVS Serviços de Desenvolvimento e Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda. (“Eleve”)	BRA	Direta	Operação de software	100,00%	100,00%
Datasul S.A. de CV. (“Datasul México”) (v)	MEX	Direta	Operação de software	100,00%	100,00%
TOTVS Hospitality Ltda. (“TOTVS Hospitality”)	BRA	Direta	Operação de software	73,12%	74,50%
TOTVS Hospitality Technology Argentina S.A. (antiga CM Soluciones Informatica S.A.) (“TOTVS Hospitality Argentina”)	ARG	Indireta	Operação de software	100,00%	100,00%
TOTVS Reservas S.A. (“TOTVS Reservas”)	BRA	Indireta	Operação de software	100,00%	100,00%
TOTVS Hospitality Chile SPA (“TOTVS Chile”)	CHL	Direta	Operação de software	100,00%	100,00%
TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. (“TOTVS Large”)	BRA	Direta	Operação de software	100,00%	100,00%
Lexos Solução em Tecnologia Ltda. (“Lexos”)	BRA	Indireta	Operação de software	100,00%	100,00%
RJ Participações S.A. (“RJ Participações”) (i)	BRA	Indireta	em outras empresas	80,00%	80,00%
R.J. Consultores em Sistemas de Informação S.C. (“RJ México”) (i)	MEX	Indireta	Operação de software	80,00%	80,00%
R.J. Consultores e Informática Ltda. (“RJ Consultores”) (i)	BRA	Indireta	Operação de software	80,00%	80,00%
Wealth Systems Informática Ltda. (“WS”) (iii)	BRA	Indireta	Operação de software	-	100,00%

CMNet Participações S.A. (“CMNet Participações”) (iv)	BRA	Indireta	em outras empresas	-	100,00%
TOTVS Hospitality Ltda. (“TOTVS Hospitality”)	BRA	Indireta	Operação de software	55,00%	25,96%
RD Gestão e Sistemas S.A. (“RD Station”)	BRA	Indireta	Operação de software	100,00%	100,00%
Exact Desenvolvimento e Programação de Software Ltda. (“Exact Sales”)	BRA	Indireta	Operação de software	100,00%	100,00%
DTS Consulting Partner, SA de CV (“Partner”) (vi)	MEX	Indireta	Operação de software	100,00%	100,00%
Bematech Argentina S.A. (“Bematech Argentina”) (vi)	ARG	Indireta	Operação de software	100,00%	100,00%
TOTVS Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (“Fundo Restrito”)	BRA	Direta	Fundo de investimento	100,00%	100,00%
CV Idexo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“Fundo CV Idexo”)	BRA	Direta	Fundo de investimento em participações	100,00%	100,00%

(i) Em 13 de março de 2025, a subsidiária direta TOTVS Large alienou a totalidade de sua participação na RJ Participações, correspondente a 80% do total de ações ordinárias. Esta transação depende da aprovação das autoridades concorrenciais e da verificação de outras condições usuais para esse tipo de transação, conforme nota 5; (ii) Em 25 de março de 2025, a TOTVS Gestão adquiriu os 40% de participação remanescentes da Feedz, passando a deter 100% das ações. Em 01 de maio de 2025, a Feedz foi incorporada pela TOTVS Gestão, pelo acervo líquido de R\$5.346, o qual foi avaliado por peritos que emitiram o laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido na data-base de 31 de março de 2025. As variações patrimoniais ocorridas após a data-base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela TOTVS Gestão; (iii) Em 01 de junho de 2025, a controlada indireta Wealth Systems foi incorporada pela TOTVS Large, pelo acervo líquido de R\$14.041, o qual foi avaliado por peritos que emitiram o laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido na data-base de 30 de abril de 2025. As variações patrimoniais ocorridas após a data-base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela TOTVS Large; (iv) Em 31 de outubro de 2025, a controlada indireta CMNet Participações foi incorporada pela também controlada direta TOTVS Large, pelo acervo líquido de R\$512, o qual foi avaliado por peritos que emitiram o laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido na data-base de 30 de setembro de 2025. As variações patrimoniais ocorridas após a data-base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela TOTVS Large; (v) Em 31 de dezembro de 2025, a controlada direta TOTVS Gestão foi incorporada pela também controlada direta TTS, pelo acervo líquido de R\$383.089, o qual foi avaliado por peritos que emitiram o laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido na data-base de 31 de outubro de 2025. As variações patrimoniais ocorridas após a data-base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela TTS; (vi) Empresas em fase de encerramento e sem movimentação; (vii) Empresas adquiridas em 2025 conforme nota 4. Todos os saldos e transações entre as controladas foram eliminados na consolidação. Para fins de comparação dos resultados consolidados entre 2025 e 2024, devem ser consideradas as datas de aquisição de cada subsidiária. Dessa forma, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não contemplam os resultados da adquirida VarejOnline que passou a ser consolidada a partir da data de sua respectiva aquisição. **2.4. Resumo das principais práticas contábeis:** A seguir, apresentaremos um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração: **a) Moeda Funcional e método de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que possuem independência administrativa, financeira e operacional, e portanto, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira no patrimônio líquido. **b) Mensuração do valor justo:** A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo, ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou os mais vantajosos são acessíveis pela Companhia. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado no divalçado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 – preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras a valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **c) Instrumentos financeiros:** (i) **Ativos Financeiros** – Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contá a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação, conforme divulgado na nota 8. O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança

de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia e suas controladas recebem a compra ou vendem o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: **a) Ativos financeiros ao custo amortizado:** (instrumentos de dívida); e **b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado incluem caixa e saldos bancários, garantia de investimentos, contas a receber de clientes, mútuo com franquias e recebíveis por venda de investimentos incluídos em outros ativos circulantes (vide nota 12). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A TOTVS mantém investimentos em empresas, cuja parcela da participação é detida indiretamente por meio de organização de capital de risco e que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrazo significativo, exceto nos termos de um contrato de repasse e a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, a Companhia e suas controladas avaliam se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas – nota 3; e • Contas a receber de clientes – nota 8. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. Apesar de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros, os fluxos de caixa esperados de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva, ou se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluídos fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **(ii) Passivos Financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: **a) Passivos financeiros ao custo amortizado:** e **b) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e suas controladas. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e debêntures controlados concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil concedidos e controlados, sujeitos a juros. Para mais informações, veja as notas 18 e 19. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos financeiros forem atendidos. A Companhia e suas controladas designaram algumas obrigações por aquisição de investimento (nota 20) de passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

**Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuário, mas que é substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, pelo menos uma vez ao ano, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, o teste para perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil (ver nota 15.2). **e) Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e baixos valores. Na data de início do arrendamento, o valor justo do ativo e do passivo é determinado. O valor justo reconhecido os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento e incluem pagamentos fixos e variáveis, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetivos. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança alterando o prazo



**TOTVS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS** – Companhia Aberta de Capital Autorizado – CNPJ 53.113.791/0001-22

**(Continuação)**

- Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (intitulado “Falta de reversibilidade”) e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; - Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e ICP 09 – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial; - OCP 10 – Créditos de carbono (tCO<sub>2</sub>e), permissões de emissão (*allowances*) e crédito de descarbonização (CBO). A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **n) Novas Leis, normas, alterações e interpretações de normas emitidas mas não vigentes:** As Leis, normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas: • Não esperam ter impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam: - IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública; divulgações; - Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos referenciando a elasticidade dependente de condições naturais; - Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11. Esperam ter impactos significativos na aplicação da nova norma/ Lei - IFRS 18/ CPC 51 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. A norma substituirá o IAS 1 (CPC 26 (R1) – Apresentação de demonstrações financeiras) e propõe, entre outros, novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado do exercício, como novos totais e subtotais e a classificação das receitas e despesas distribuídas entre as categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas; além da divulgação em notas explicativas das medidas de desempenho definidas pela Administração; - Revisão de pronunciamentos técnicos nº 28/2025 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51. A Companhia e suas subsidiárias estão atuando na identificação dos impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas. - Lei Complementar nº 214/2025: publicada em 16 de janeiro de 2025, regulamenta a Reforma Tributária sobre o Consumo, com período de transição entre 2026 e 2033, instituindo: (i) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o ISS; (ii) Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CSBS), que unificará o PIS e COFINS. Em 2026 se iniciará a cobrança da CBS (aliquota inicial de 0,9%) e CBS (aliquota inicial de 0,1%). A CBS poderá ser compensada com o PIS / COFINS devidos pelos contribuintes, portanto, inicialmente, para 2026, não haverá impactos nas demonstrações financeiras. Já a cobrança do ICMS e do ISS começará a ser reduzida em 10% ao ano até sua extinção em 2033. - Lei nº 15.270/2025: introduz, entre outros, a partir do ano-calendário de 2026, a obrigatoriedade de retenção do imposto de renda na fonte sobre lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas, que será aplicada quando o valor pago a uma mesma pessoa física residente no Brasil ultrapassar R\$50 em um único mês, com alíquota de 10%, considerada antecipadamente de benefício. Não existem outras Leis, normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas.

**3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas. **3.1. Julgamentos:** No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) **Reconhecimento de receita:** julgamentos relacionados à identificação das obrigações de performance das vendas de software, que incluem a taxa de licenciamento, serviço mensal de software e serviços de implementação / customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia e suas controladas concluíram que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, além disso, os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) **Prazo de arrendamento:** a Companhia e suas controladas determinam o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. **3.2. Estimativas e premissas:** As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são: (i) **Provisão para perdas esperadas das contas a receber** – a Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo grupo para calcular a perda de crédito esperada. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e suas controladas e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na nota 8. (ii) **Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio** – uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa estão detalhadas na nota 15.2. (iii) **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros** – quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puder ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto (vide nota 20 para mais detalhes). (iv) **Impostos diferidos** – ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para maiores detalhes ver nota 10.3. (v) **Provisão para contingências** – a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Maiores detalhes na nota 21. (vi) **Receita de serviços não recorrentes** – o reconhecimento das receitas de novos serviços de implementação e customização de softwares requer o uso de estimativas na projeção de custos totais necessários para cumprir a obrigação de desempenho por contrato de cliente. A Companhia e suas controladas reavaliam estas estimativas periodicamente e replanejam as margens por contrato sempre que necessário. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

**4. Combinação de negócios**

As aquisições da Companhia e suas controladas reforçam a estratégia em software para desenvolver um ecossistema representado por três unidades de negócios: (i) TOTVS Gestão – ERPs e sistemas de RH, soluções verticais e sistemas especializados que atendem 12 setores da economia; (ii) RD Station – soluções focadas em aumentar as vendas, competitividade e desempenho dos clientes, através de plataforma de marketing digital, vendas, *digital commerce* e experiência do cliente; e (iii) TOTVS Techfin – oferece soluções de crédito, pagamentos de serviços financeiros personalizados, trazendo rentabilidade e liquidez para as empresas. **4.1. Combinação de negócios concluídas em 2025 e 2024:** Aquisição da IP – Em 30 de outubro de 2023, a subsidiária TTS, celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição da franquia IP São Paulo Sistemas de Gestão Empresarial Ltda. O valor pago à vista, incluindo o ajuste de preço foi no montante de R\$139.613, incluindo o valor retido de R\$7.000 para eventuais indenizações. A transação foi concluída em 31 de janeiro de 2024. Em 01 de julho de 2024, a IP SP foi incorporada pela controlada direta TTS, Aquisição da Ahgora – Em 30 de novembro de 2023, a subsidiária TTS, celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição de Ahgora HCM S.A. e Weitraining Ltda. O valor pago à vista foi de R\$372.000, que incluiu o valor retido de R\$10.000 para eventuais indenizações. A transação foi concluída em 28 de março de 2024. Em 31 de outubro de 2024, a Ahgora foram incorporadas pela controlada direta TTS, Aquisição da VarejOnline – Em 30 de dezembro de 2024, a subsidiária TOTVS Gestão concluiu a aquisição da VarejOnline Tecnologia e Informática Ltda, após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e outras condições precedentes, pelo montante de R\$470.000, incluindo o valor retido de R\$7.000 para eventuais indenizações. Adicionalmente, o contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar sujeito ao cumprimento de determinadas condições. Com a VarejOnline, a TOTVS dará mais um passo na construção de uma “Suíte Varejo” completa, com foco em transformar a gestão de varejistas através da integração de tecnologias de ponta. Aquisição da Linx – Em 22 de julho de 2025, a TOTVS celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição da totalidade das ações da Linx Participações S.A., pelo montante de R\$3.050.000, sujeito a ajuste com base na posição de caixa/dívida líquida no fechamento da transação e sem previsão de pagamento de preço complementar. A Linx é reconhecida como um dos principais *players* de soluções voltadas à gestão do Varejo. A transação é um movimento que está alinhado à estratégia de aumentar a relevância dentro dos clientes e ao posicionamento da TOTVS como *trusted advisor* de seus clientes de varejo, com a proposta de valor de melhorar o desempenho das empresas. O fechamento da transação está sujeito à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e ao cumprimento de outros requisitos regulatórios e condições precedentes usuais. Aquisição da Chatbot Maker (Suri) – Em 27 de novembro de 2025, a subsidiária TOTVS Large celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição da totalidade do capital social da Chatbot Maker Tecnologia da Informação S.A. (Suri), pelo montante de R\$28 milhões. O contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar *(earn-out)*, sujeito ao cumprimento de determinadas condições. O fechamento desta transação depende da aprovação das autoridades concorrenciais e da verificação de outras condições usuais para esse tipo de transação e até a aprovação destas demonstrações financeiras, não havia sido concluída. A Suri é especializada em soluções de *conversational commerce* automatizado e humanizando as interações de Whatsapp, Facebook, Instagram e Webchat em única interface com roteamento e categorização automáticas para viabilizar todo processo digital de venda e pós venda de produtos e serviços. Aquisição da TBDC – Em 19 de dezembro de 2025, a subsidiária TTS celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição da TBDC Desenvolvimento de Software Ltda. (TBDC), pelo montante de R\$800.000. Adicionalmente, o contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar *(earn-out)*, sujeito ao cumprimento de determinadas condições. O fechamento desta transação estava sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais para esse tipo de transação que foram concluídas em 5 de janeiro de 2026. A TBDC é especializada em soluções para o agronegócio, abrangendo toda a cadeia produtiva, desde fabricantes de insumos até produtores rurais e consultorias. A seguir apresentamos o resumo do valor justo da data da aquisição da contraprestação transferida das transações:

	2025		Empresas adquiridas em 2024			
	Nota	VarejOnline (ii)	IP	Ahgora	VarejOnline	Total
<b>Em milhares de Reais</b>						
Pagamento à vista	-	-	127.800	362.000	40.000	529.800
Contraprestação contingente	20	-	-	-	6.015	6.015
Valor de parcelas retidas	20	-	7.000	10.000	7.000	24.000
Ajuste de preço	6.117	139.613	4.813	11.376	2.000	18.189
<b>Total da contraprestação</b>	<b>6.117</b>	<b>139.613</b>	<b>383.376</b>	<b>55.015</b>	<b>-</b>	<b>578.004</b>
	2025		Empresas adquiridas em 2024			
	VarejOnline (ii)	IP	Ahgora	VarejOnline	Total	
Valor pago à vista em 2024	-	139.613	372.000	47.000	558.613	
Pagamento ajuste de preço em maio de 2025 (Caixa) líquido adjuvado da controlada	8.117	-	-	-	-	(46.406)
<b>Fluxo de caixa líquido da aquisição</b>	<b>8.117</b>	<b>129.977</b>	<b>343.360</b>	<b>38.870</b>	<b>512.207</b>	

**Ativos identificáveis adquiridos e ágio** – A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos preliminares ao seu valor justo, o ágio e o custo da participação que impactaram as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025		Empresas adquiridas em 2024			
	VarejOnline (ii)	IP	Ahgora	VarejOnline	Total	
<b>Data-base de aquisição</b>	<b>Ajustes 2025</b>	<b>31/01/2024</b>	<b>28/03/2024</b>	<b>30/12/2024</b>		
<b>Ativo Circulante</b>	<b>(600)</b>	<b>22.736</b>	<b>39.064</b>	<b>9.637</b>	<b>71.437</b>	
Caixa e equivalente de caixa	(1)	9.636	28.640	8.130	46.406	
Contas a receber	(506)	8.005	8.613	1.167	17.785	
Outros ativos circulantes	(93)	5.095	1.811	340	7.246	
<b>Ativo não circulante</b>	<b>(1.111)</b>	<b>83.173</b>	<b>77.249</b>	<b>7.356</b>	<b>167.778</b>	
Imobilizado	-	-	3.285	572	3.857	
Software	(258)	-	41.911	-	46.839	
PR.D	-	-	-	423	423	
Carteira de clientes	-	70.397	29.563	-	99.960	
Marca	65	-	1.093	442	1.535	
Não competição	(918)	268	261	998	1.527	
Ágio	-	8.317	-	-	8.317	
<b>Passivo circulante</b>	<b>352</b>	<b>30.160</b>	<b>27.574</b>	<b>1.582</b>	<b>59.316</b>	
Obrigações sociais e trabalhistas	23	8.882	10.345	979	20.206	
Outros passivos	329	21.278	17.229	603	39.110	
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>408</b>	<b>3.547</b>	<b>-</b>	<b>3.955</b>	
<b>Ativos e passivos líquidos</b>	<b>(2.063)</b>	<b>75.341</b>	<b>85.192</b>	<b>15.411</b>	<b>175.344</b>	
Valor pago à vista	6.117	127.800	362.000	40.000	529.800	
Parcela de curto prazo (i)	-	7.000	10.000	13.015	30.015	
<b>Ágio na Operação</b>	<b>8.180</b>	<b>64.272</b>	<b>298.184</b>	<b>39.604</b>	<b>402.060</b>	

(i) As parcelas de longo prazo foram trazidas a valor presente para a data de aquisição; (ii) A VarejOnline foi adquirida em 30 de dezembro de 2024 e, por isso, o cálculo dos intangíveis foi atualizado em 2025. O ágio apurado em 2025 de R\$8180 (R\$402.060 em 31 de dezembro de 2024) compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e alinhados com a estratégia da Companhia e suas controladas. As contraprestações contingentes foram registradas ao valor justo na data de aquisição e estão sendo apresentadas na nota 20. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a empresa VarejOnline foi inserida na unidade de negócio TOTVS Gestã, alinhadas com a estratégia da TOTVS e contribuiu com uma receita líquida consolidada de R\$16.831 e um lucro líquido consolidado de R\$2.412, considerando o período após a data de aquisição mencionada acima. O custo de transação envolvendo a aquisição desta empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$471, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.

**5. Operações descontinuadas**

**5.1. Alienação da RJ Participações:** Em 13 de março de 2025, a subsidiária direta TOTVS Large celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações para alienar a totalidade de sua participação, correspondente à 80% do total de ações ordinárias de emissão da RJ Participações para a Bus Serviços de Agendamento S.A., pelo montante de R\$49.600, sujeito a ajustes. O fechamento desta transação depende da aprovação das autoridades concorrenciais e da verificação de outras condições usuais para esse tipo de transação. **5.2. Alienação da Dimensa:** Considerando o contrato celebrado entre TOTVS S.A. e Everte Brasil Informatics S.A. para alienação do total das ações da subsidiária Dimensa conforme mencionado na nota 33, os ativos e passivos estão sendo classificados como mantidos para venda. O fechamento desta transação depende da aprovação das autoridades concorrenciais e da verificação de outras condições usuais para esse tipo de transação. **5.3. Composição dos ativos e passivos mantidos para venda:** Apresentamos a seguir os ativos e passivos envolvidos em linhas segregadas no balanço patrimonial e o resultado da RJ Participações e Dimensa divulgados na linha de “Lucro Líquido da operação descontinuada” nas demonstrações de resultados da Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que de acordo com o CPC 31/IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, atenda aos critérios de ativos mantidos para venda. Para melhor comparabilidade, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 das Demonstrações de Resultados, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado foram reclassificados.

	2025			2025			
	RJ	Dimensa	Consolidado	RJ	Dimensa	Consolidado	
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>	<b>8.384</b>	<b>494.303</b>	<b>502.687</b>	<b>9.576</b>	<b>88.724</b>	<b>98.300</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	2.836	414.739	417.575	2.627	37.773	40.400	
Garantias de investimentos	-	32.266	32.266	-	628	628	
Contas a receber de clientes	4.298	38.242	42.540	712	8.286	8.998	
Tributos a recuperar	918	3.797	4.715	Arrendamentos	689	689	
Outros ativos	332	5.261	5.593	Obrigações por aquisição de investimentos	5.403	32.750	38.153
<b>Não circulante</b>	<b>49.274</b>	<b>574.149</b>	<b>623.423</b>	<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>77.923</b>	
Garantias de investimentos	-	30.932	30.932	Outros passivos	206	1.916	2.122
Ativo fiscal diferido	5.485	9.167	14.652	Obrigações por aquisição de investimentos	-	7.1939	71.939
Outros ativos	-	1.946	1.946	Outros passivos	-	5.984	5.984
Imobilizado e intangível	43.789	532.104	575.893				
<b>Total de ativos mantidos para venda</b>	<b>57.658</b>	<b>1.068.452</b>	<b>1.126.110</b>	<b>Total de passivos mantidos para venda</b>	<b>9.576</b>	<b>166.647</b>	<b>176.223</b>
	2025			2024			
	RJ	Dimensa	Consolidado	RJ	Dimensa	Consolidado	
Receita líquida	26.887	351.244	378.131	26.258	284.564	310.822	
Receita recorrente	21.141	336.425	357.570	19.766	262.171	281.937	
Receita não recorrente	5.746	14.819	20.661	6.492	22.393	28.885	
Custos de software	(11.453)	(124.753)	(136.206)	(11.813)	(125.372)	(136.555)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>15.434</b>	<b>226.491</b>	<b>241.925</b>	<b>15.075</b>	<b>159.192</b>	<b>174.267</b>	
Receitas (Despesas) Operacionais	(9.624)	(79.605)	(89.229)	(9.248)	(58.680)	(67.928)	
Pesquisa e desenvolvimento	(405)	(28.358)	(28.763)	(490)	(21.476)	(21.966)	
Despesas comerciais e marketing	(800)	(1.936)	(2.736)	(727)	(3.960)	(4.687)	
Provisão para perda esperada	(2.780)	(66.773)	(69.553)	(2.260)	(52.482)	(54.742)	
Despesas gerais e administrativas	46	4.494	4.540	256	86	342	
<b>Lucro antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos</b>	<b>1.871</b>	<b>54.313</b>	<b>56.184</b>	<b>2.606</b>	<b>22.680</b>	<b>25.286</b>	
Receitas financeiras	209	72.374	72.583	193	59.892	60.085	
Despesas financeiras	(178)	(22.504)	(22.682)	(102)	(16.759)	(16.861)	

	2025			2024		
	RJ	Dimensa	Consolidado	RJ	Dimensa	Consolidado
<b>Lucro antes tributação imp. renda e contrib. social</b>	<b>1.902</b>	<b>104.183</b>	<b>106.085</b>	<b>2.697</b>	<b>65.813</b>	<b>68.510</b>
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(27)	(25.817)	(25.844)	-	(16.039)	(16.039)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(191)	(1.030)	(1.221)	90	(1.960)	(1.870)
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(218)</b>	<b>(26.847)</b>	<b>(27.065)</b>	<b>90</b>	<b>(17.999)</b>	<b>(17.909)</b>
<b>Lucro líquido RJ Participações consolidada</b>	<b>1.684</b>	<b>77.336</b>	<b>79.020</b>	<b>2.787</b>	<b>47.814</b>	<b>50.601</b>
<b>Lucro líquido Dimensa consolidada</b>	-	77.336	77.336	-	47.814	47.814
<b>(Prejuízo) líquido da unidade de negócio TOTVS Techfin (I)</b>	-	-	-	-	-	(1.085)
<b>Lucro líquido da operação descontinuada</b>	<b>1.684</b>	<b>77.336</b>	<b>79.020</b>	<b>2.787</b>	<b>47.814</b>	<b>49.516</b>
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia controladora (ii)	1.684	48.335	50.019	2.787	29.884	31.586
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	29.001	29.001	-	17.930	17.930

(i) Prejuízo líquido da unidade de negócio TOTVS Techfin proveniente do ajuste de preço na transação para criação da *joint venture* (IV) com o Ita Unibanco S.A.; (ii) Inclui em 2024, o prejuízo da Techfin explicado na legenda (j).

A seguir, apresentamos o resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa da RJ Participações e Dimensa:

	2025			2025		
	RJ	Dimensa	Consolidado	RJ	Dimensa	Consolidado
Atividades operacionais	1.993	113.771	115.764	-	-	-
Atividades de investimento	(29)	(240.815)	(240.844)	-	-	-
Atividades de financiamento	(1.422)	(37.426)	(38.848)	-	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) das operações descontinuadas</b>	<b>542</b>	<b>(164.470)</b>	<b>(163.929)</b>			

**6. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros**

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas.

**6.1. Instrumentos financeiros por categoria:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras:

Consolidado	Nota	Classificação por categoria	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	Valor justo por meio do resultado	1.758.702	1.900.270

(Continuação)

**TOTVS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ 53.113.791/0001-22**

**6.6. Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições de *rating* e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequações às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, recompra de ações, captação de novos empréstimos e emissões de debêntures. A Companhia e suas controladas compõem a estrutura de dívida líquida da seguinte forma: empréstimos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos, deduzindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa e garantias de investimentos.

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Debêntures	19	1.577.349	1.577.349	1.535.131
Obrigações por aquisição de investimentos	20	978	7.643	187.488
(-) Caixa e equivalente de caixa	7	(1.412.901)	(991.050)	(1.785.703)
(-) Garantias de investimentos	20	(889)	(7.554)	(174.773)
<b>Dívida (l) Caixa líquida (o)</b>		<b>164.537</b>	<b>544.170</b>	<b>(195.639)</b>
Patrimônio líquido		5.105.280	4.681.352	5.105.280
Participação dos não controladores		-	-	338.177
<b>Patrimônio líquido e dívida líquida</b>		<b>5.269.817</b>	<b>5.225.522</b>	<b>5.247.818</b>

**7. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia e suas controladas, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e sujeito a um risco mínimo na mudança de seu valor.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Disponibilidades		255	343	16.775
<b>Equivalentes de caixa</b>		<b>1.412.646</b>	<b>990.707</b>	<b>1.768.928</b>
Fundo de Investimento		1.404.105	979.827	1.758.702
CDB		8.541	10.880	8.541
Outros		-	-	1.685
		<b>1.412.901</b>	<b>991.050</b>	<b>1.785.703</b>

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia e suas controladas concentram seus investimentos em um fundo exclusivo de investimento. O fundo é composto por cotas de fundos de investimentos cuja carteira é formada por ativos de renda fixa e liquidez imediata. Os ativos elegíveis na estrutura da composição da carteira são principalmente títulos da dívida pública, que apresentam baixo risco de crédito e volatilidade. Os investimentos da Companhia e suas controladas são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que tiveram uma remuneração média mensal e efetiva de 100,04% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100,28% em 31 de dezembro de 2024). A seguir apresentamos a abertura da carteira do fundo de investimento exclusivo:

	2025	2024
Juros Pós		
Caixa e CPR (i)		43,34%
Crédito Privado		5,02%
Títulos Públicos		51,37%
Derivativos		0,27%
Juros Pré		
Crédito Privado		0,24%
Títulos Públicos		0,03%
Derivativos		-0,27%
<b>Total</b>		<b>100,00%</b>

(i) CPR: operação compromissada com lastro em títulos públicos.

**8. Contas a receber de clientes**

A seguir apresentamos os montantes a receber no mercado interno e externo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercado interno	522.394	410.663	708.345	623.000
Mercado externo	3.044	1.962	14.756	16.474
<b>Contas a receber bruto</b>	<b>525.438</b>	<b>412.625</b>	<b>723.101</b>	<b>639.474</b>
(-) Provisão para perda esperada	(42.972)	(36.613)	(61.181)	(62.350)
<b>Contas a receber líquido</b>	<b>482.466</b>	<b>376.012</b>	<b>661.920</b>	<b>577.124</b>
Ativo circulante	466.880	366.378	639.136	563.328
Ativo não circulante (i)	15.586	9.634	22.784	13.796

(i) As contas a receber de longo prazo referem-se, basicamente, à venda de licenças de software, serviços de implementação e customização e estão apresentadas líquidas do ajuste a valor presente.

A movimentação da provisão para perdas esperadas do contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	36.613	41.772	62.350	62.203
Complemento de provisão, líquido da recuperação de créditos	37.607	30.007	59.622	54.669
Baixa de provisão por perdas	(31.248)	(35.166)	(55.357)	(60.967)
Aquisição de controladas	-	-	512	3.253
Ativo mantido para venda	-	-	(6.052)	3.804
Variação cambial	-	-	106	-
Baixa por alienação de empresa	-	-	-	(612)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>42.972</b>	<b>36.613</b>	<b>61.181</b>	<b>62.350</b>

**8.1. Contas a receber de clientes por vencimento:** A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	349.973	277.607	477.893	417.839
A faturar	88.584	64.505	115.146	103.317
<b>Títulos vencidos</b>				
de 1 a 30 dias	22.694	20.039	35.714	32.939
de 31 a 60 dias	9.320	7.391	14.921	11.912
de 61 a 90 dias	6.802	4.656	10.828	9.810
de 91 a 180 dias	14.237	9.315	23.448	16.297
de 181 a 360 dias	13.566	12.149	17.449	22.032
mais de 361 dias	20.262	16.773	27.702	25.328
<b>Contas a receber bruto</b>	<b>525.438</b>	<b>412.625</b>	<b>723.101</b>	<b>639.474</b>
(-) Provisão para perda esperada	(42.972)	(36.613)	(61.181)	(62.350)
<b>Contas a receber líquido</b>	<b>482.466</b>	<b>376.012</b>	<b>661.920</b>	<b>577.124</b>

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes de software em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia e suas controladas serem diluídas em quantidade e também pelos diversos segmentos de atuação. Em geral, a Companhia e suas controladas não requerem garantias sobre as vendas a prazo.

**9. Tributos a recuperar**

A seguir apresentamos os montantes de tributos a recuperar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda a compensar (i)	10.620	31.528	25.016	48.778
Contribuição social a compensar (i)	9.092	13.200	13.753	19.800
Outros (ii)	10.312	9.424	15.128	15.541
<b>Total</b>	<b>30.024</b>	<b>54.152</b>	<b>53.897</b>	<b>83.519</b>
Ativo circulante	30.024	54.152	53.840	83.519
Ativo não circulante	-	-	57	-

(i) Referem-se aos créditos de imposto de renda e contribuição social retidos na fonte do ano corrente e créditos de imposto de renda e contribuição social a compensar de exercícios anteriores, bem como pagamentos das estimativas do ano corrente; (ii) Contempla créditos extemporâneos de PIS e Cofins que possuem expectativa de serem compensados nos próximos 12 meses.

**10. Tributos sobre o Lucro**

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, respectivamente, bem como diferenças temporárias e expectativa de apuração de lucros tributários futuros.

**10.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Lucro antes da tributação</b>	<b>890.620</b>	<b>743.163</b>	<b>1.041.978</b>	<b>759.433</b>
Imposto de renda e contribuição social à taxa combinada de 34%:	(302.811)	(252.675)	(354.273)	(258.207)
<b>Ajustes para demonstração de taxa efetiva:</b>				
Equivalência patrimonial	99.456	88.323	3.884	(534)
Lei 11.196/05 - incentivo à P & D	21.671	21.168	29.613	29.166
Juros sobre o capital próprio (i)	121.792	90.164	121.792	90.164
Efeito de controladas com alíquotas diferenciadas	-	-	(12.609)	(14.219)
Participação de administradores	(4.239)	(3.484)	(4.292)	(3.484)
PAT (programa de alimentação do trabalhador)	1.382	935	3.291	2.463
Constituição de tributos diferidos (ii)	-	-	-	90.908
Outros (iii)	13.851	(1.667)	12.338	(9.763)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(48.898)</b>	<b>(57.236)</b>	<b>(200.256)</b>	<b>(73.506)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(75.255)	(50.844)	(202.779)	(175.747)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.357	(6.392)	2.523	102.241
<b>Taxa efetiva</b>	<b>5,5%</b>	<b>7,7%</b>	<b>19,2%</b>	<b>9,7%</b>

(i) Imposto de renda e contribuição social referente à deliberação dos juros sobre capital próprio conforme nota 24; (ii) Em 30 de setembro de 2024, após incorporação da subsidiária Tallos e atualização do estudo de recuperabilidade dos tributos diferidos ao longo dos próximos anos da RD Station, a Companhia registrou o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal acumulado, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias; (iii) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo contempla majoritariamente a distribuição de dividendos preferenciais deliberados pela subsidiária indireta Supplier, entre outros.

**10.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2025
<b>Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>79.801</b>	<b>68.149</b>
<b>Decorrentes de diferenças temporárias:</b>				
Diferença entre base fiscal e contábil de ágio (i)	32.198	29.887	162.219	144.247
Benefício fiscal pela amortização de ágio	(112.144)	(111.289)	(313.409)	(257.538)
Provisão para comissões	9.813	11.618	15.117	15.677
Receitas ou faturamentos antecipados e/ou a faturar	(5.894)	1.457	1.937	6.868
Provisão para perda esperada	14.610	12.448	19.192	19.424
Provisão para contingências e outras obrigações	31.341	28.682	36.221	36.058
Provisão de fornecedores	36.833	28.775	45.138	37.074
Provisão para remuneração baseado em ações	66.843	46.665	80.599	57.493
Ajustes a valor presente	796	380	46.944	58.419
Participação nos lucros e resultados	17.538	14.909	26.532	21.664
Outras (ii)	15.747	17.979	26.235	32.236
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos</b>	<b>107.681</b>	<b>81.511</b>	<b>226.526</b>	<b>239.771</b>
Ativo fiscal diferido	107.681	81.511	243.775	253.511
Passivo fiscal diferido (iii)	-	-	17.249	13.740

(i) Contempla imposto de renda e contribuição social diferidos pela diferença de base fiscal da subsidiária Tallos, incorporada pela também subsidiária RD Station; (ii) Contempla imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos da diferença temporária de remuneração variável, impostos e *impairment*, entre outros; (iii) Inserido em "Outros passivos" no passivo não circulante. A Companhia e suas controladas estão apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante ou passivo não circulante por entidade jurídica. Em 31 de dezembro de 2025 havia um ativo fiscal diferido de R\$18.775 (R\$16.526 em 31 de dezembro de 2024) referente ao prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, além de diferenças temporárias das subsidiárias Exact e Lexos, que não estão refletidos no balanço patrimonial dado que estas empresas não possuem histórico de lucros tributáveis.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>81.511</b>	<b>87.710</b>	<b>239.771</b>	<b>138.779</b>
Despesa da demonstração de resultado	26.357	(6.392)	2.523	102.241
Outros resultados abrangentes	(187)	193	(187)	193
Aquisição de controladas	-	-	-	472
Alienação/ encerramentos de empresas (i)	-	-	-	(250)
Ativo mantido para venda (ii)	-	-	(15.637)	(1.870)
Outros	-	-	56	206
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>107.681</b>	<b>81.511</b>	<b>226.526</b>	<b>239.771</b>

(i) O valor refere-se à VT Comércio encerrada em 30 de abril de 2024; (ii) Ativo mantido para venda, referente às operações da Dimensa e RJ Participações, conforme nota 5.

**10.3. Realização dos tributos diferidos:** As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a esses itens, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os benefícios destes. A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado.

**11. Saldos e transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, dos quais os saldos entre Controladora e Controladas são eliminados para fins de consolidação.

**11.1. Créditos e obrigações com controladas e controladas em conjunto:** Os principais saldos de ativos, passivos, receitas e custos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim demonstrados:

Empresa	2025				Receitas	Despesas
	Contas a receber	Outros ativos (iv)	Contas a pagar	Outros passivos		
<b>Controladas</b>						
Disponível para venda - Dimensa	-	1.969	-	-	-	-
Exact	-	-	-	-	78	1.191
RD Station	144	-	1.041	-	3.090	1.027
Outros (v)	18	1.407	367	-	787	2.807
<b>Total de transações com controladas</b>	<b>162</b>	<b>3.376</b>	<b>1.408</b>	<b>-</b>	<b>3.955</b>	<b>5.025</b>
<b>Controladas em conjunto</b>						
Techfin S.A. (ii)	-	4.906	-	-	13.514	-
Supplier (iii)	-	-	-	-	2.593	-
<b>Total de transações com controladas em conjunto</b>	<b>-</b>	<b>4.906</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.107</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>8.282</b>	<b>1.408</b>	<b>-</b>	<b>20.062</b>	<b>5.025</b>

Empresa	2024				Receitas	Despesas
	Contas a receber	Outros ativos (iv)	Contas a pagar	Outros passivos		
<b>Controladas</b>						
IP (v)	-	-	-	-	112	9.559
Dimensa (i)	8	1.899	812	-	23.720	2.121
Exact	-	-	-	-	1	999
RD Station	456	-	31	-	2.143	1.091
Wealth Systems	-	-	-	-	168	68
RJ Consultores	218	-	82	-	2.571	370
Outros	218	726	-	-	33	1.650
<b>Total de transações com controladas em conjunto</b>	<b>900</b>	<b>2.625</b>	<b>925</b>	<b>33</b>	<b>30.365</b>	<b>16.437</b>
<b>Controladas em conjunto</b>						
Techfin S.A. (ii)	-	5.050	-	-	17.536	-
Supplier (iii)	-	-	-	-	2.435	-
<b>Total de transações com controladas em conjunto</b>	<b>-</b>	<b>5.050</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.971</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>900</b>	<b>7.675</b>	<b>925</b>	<b>33</b>	<b>50.336</b>	<b>16.437</b>

(i) Referem-se aos contratos de compartilhamento de despesas e de parceria para comercialização de soluções da Dimensa; (ii) Referem-se aos contratos para a comercialização de soluções Techfin e de compartilhamento de custos

(Continuação)

TOTVS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ 53.113.791/0001-22

Custo	Consolidado						Direito de uso (I)	Outros	Total do imobilizado
	Computadores e equipamentos eletrônicos	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Benefeitorias em imóveis arrendados				
<b>Saldos em 2023</b>	<b>444.931</b>	<b>25.132</b>	<b>36.062</b>	<b>34.349</b>	<b>134.195</b>	<b>353.065</b>	<b>14.185</b>	<b>1.041.919</b>	
Adições	97.189	14.677	983	805	1.399	22.560	2.222	139.835	
Remensuração de contratos (v)	-	-	-	-	-	(902)	-	(902)	
Combinação de negócios	2.855	-	562	286	2.243	1.793	275	8.014	
Transferências	649	-	(159)	(164)	(292)	-	-	(19)	
Variação cambial (ii)	3.927	270	518	117	1.303	1.366	152	7.653	
Baixas	(10.771)	(7.682)	(2.129)	(506)	(1.798)	(14.602)	(212)	(37.700)	
Ativo mantido para venda (iv)	1.119	113	307	228	707	2.692	-	5.166	
<b>Saldos em 2024</b>	<b>539.899</b>	<b>32.510</b>	<b>36.144</b>	<b>35.115</b>	<b>137.575</b>	<b>365.972</b>	<b>16.570</b>	<b>1.163.967</b>	
Adições (v)	118.650	13.920	2.244	5.264	19.449	191.439	277	351.243	
Remensuração de contratos (v)	-	-	-	-	-	43.435	-	43.435	
Transferências	(23)	-	(8)	(12)	(75)	(669)	3	(784)	
Variação cambial (ii)	(1.598)	(123)	(269)	(38)	(459)	(1.096)	(121)	(3.704)	
Baixas (vi)	(35.376)	(9.522)	(1.448)	(4.319)	(22.199)	(251.636)	(3.819)	(328.319)	
Ativo mantido para venda (iv)	(6.259)	(2.878)	(960)	(172)	(1.111)	(6.311)	(190)	(17.881)	
<b>Saldos em 2025</b>	<b>615.293</b>	<b>33.907</b>	<b>35.703</b>	<b>35.838</b>	<b>133.362</b>	<b>341.134</b>	<b>12.720</b>	<b>1.207.957</b>	
<b>Depreciação</b>	<b>(253.853)</b>	<b>(11.617)</b>	<b>(28.568)</b>	<b>(26.898)</b>	<b>(93.911)</b>	<b>(203.051)</b>	<b>(10.535)</b>	<b>(628.433)</b>	
Depreciação no exercício (iii)	(67.413)	(7.876)	(2.198)	(2.002)	(14.782)	(57.119)	(2.925)	(154.315)	
Combinação de negócios	(1.613)	-	(286)	(156)	(437)	(1.556)	(109)	(4.157)	
Transferências	(39)	-	(58)	(10)	39	-	86	18	
Variação cambial (ii)	(2.773)	(66)	(474)	(100)	(1.303)	(755)	(142)	(5.613)	
Baixas	10.100	6.384	1.628	336	1.079	12.680	141	32.348	
Ativo mantido para venda (iv)	(1.373)	(229)	(249)	(146)	(502)	(2.101)	-	(4.600)	
<b>Saldos em 2024</b>	<b>(316.964)</b>	<b>(13.404)</b>	<b>(30.205)</b>	<b>(28.976)</b>	<b>(109.817)</b>	<b>(251.902)</b>	<b>(13.484)</b>	<b>(764.572)</b>	
Depreciação no exercício (iii)	(86.869)	(9.555)	(1.691)	(1.763)	(13.505)	(58.304)	(1.959)	(173.646)	
Transferências	-	-	38	34	46	668	(1)	785	
Variação cambial (ii)	1.474	40	256	35	460	635	103	3.003	
Baixas	34.115	8.123	1.210	4.267	14.412	204.546	3.529	270.202	
Ativo mantido para venda (iv)	3.312	1.036	395	95	554	4.147	-	9.641	
<b>Saldos em 2025</b>	<b>(364.932)</b>	<b>(13.760)</b>	<b>(29.997)</b>	<b>(26.308)</b>	<b>(107.850)</b>	<b>(100.210)</b>	<b>(11.710)</b>	<b>(654.767)</b>	
<b>Valor líquido</b>	<b>250.361</b>	<b>20.147</b>	<b>5.706</b>	<b>9.530</b>	<b>25.512</b>	<b>240.924</b>	<b>1.010</b>	<b>553.190</b>	
<b>Saldos em 2024</b>	<b>222.935</b>	<b>19.106</b>	<b>5.939</b>	<b>6.139</b>	<b>27.940</b>	<b>114.070</b>	<b>3.086</b>	<b>399.215</b>	
Taxa média ponderada de depreciação anual	20,35%	33,28%	12,54%	14,38%	18,01%	14,79%	48,82%	20,25%	
Vida útil média (em anos)	4 a 5	3 a 5	8 a 10	8 a 10	5	5	3 a 5	5	

(i) A Companhia e suas controladas aplicaram exceções da norma para contratos de curto prazo e baixo valor, registrados na despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$434 (R\$519 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e R\$3.507 (R\$2.289 em 31 de dezembro de 2024) no Consolidado. Já as baixas de direito de uso de imóveis e equipamentos são referentes a contratos cuja vigência foi concluída; (ii) Inclui os ajustes por inflação das subsidiárias na Argentina; (iii) Os valores de depreciação e amortização nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa e nas Demonstrações do Valor Adicionado estão apresentados líquidos dos créditos de PIS / Cofins sobre depreciação do ativo imobilizado, no valor de R\$5.975 (R\$4.608 em 31 de dezembro de 2024); (iv) Ativo mantido para venda referente à Dimensa e RJ Participações, conforme nota 5; (v) A remensuração de contrato representa a atualização anual dos aluguéis aplicados ao direito de uso de imóveis conforme indexadores estabelecidos nos contratos; (vi) Em dezembro de 2025 foi firmado o novo contrato de locação de imóvel para a TOTVS S.A. (Sêneca), que ocasionou em uma modificação de contrato, resultando na baixa do contrato anterior e reconhecimento do novo em direito de uso de imóveis. Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam indicadores que possam impactar a estimativa de vida útil de seus ativos, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve indícios de mudanças significativas. A seguir apresentamos a composição do direito de uso e passivo por arrendamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Custo	Consolidado			Direito de uso imóveis	Direito de uso equipamentos	Total do ativo
	Direito de uso	Direito de uso	Total do			
<b>Saldos em 2023</b>	<b>12.483</b>	<b>12.531</b>	<b>150.014</b>			
Adição / Remensuração de contrato (v)	14.422	7.236	21.658			
Baixa	(1.886)	(36)	(1.922)			
Combinação de negócios	237	-	237			
Depreciação	(51.189)	(5.930)	(57.119)			
Juros e variação cambial	575	36	611			
Ativo mantido para venda (iv)	91	-	91			
<b>Saldos em 2024</b>	<b>100.293</b>	<b>13.837</b>	<b>114.070</b>			
Adição / Remensuração de contrato (v) (vi)	193.470	36.404	234.874			
Baixa	(45.544)	(1.546)	(47.090)			
Transferências	(182)	182	-			
Depreciação	(49.544)	(8.760)	(58.304)			
Juros e variação cambial	(462)	1	(461)			
Ativo mantido para venda (iv)	(2.165)	-	(2.165)			
<b>Saldos em 2025</b>	<b>200.806</b>	<b>40.118</b>	<b>240.924</b>			

15. Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

Custo	Controladora						Direito de uso	Total do intangível
	Software	Marcas e patentes	Carteira de clientes	Ativos de desenvolvimento (I)	Direito de uso licenças de software (iv)	Outros (II)		
<b>Saldos em 2023</b>	<b>548.632</b>	<b>67.841</b>	<b>302.358</b>	<b>85.878</b>	-	-	<b>19.786</b>	<b>1.317.368</b>
Adições	41.759	-	21.332	48.608	-	-	111.699	216.588
Baixas	-	(1)	298	-	-	-	-	297
<b>Saldos em 2024</b>	<b>590.391</b>	<b>67.840</b>	<b>323.988</b>	<b>134.486</b>	-	-	<b>19.786</b>	<b>1.429.364</b>
Adições	25.869	9.941	2.578	49.910	20.834	-	-	109.133
Baixas	-	-	(278)	-	-	-	-	(2.953)
<b>Saldos em 2025</b>	<b>616.260</b>	<b>77.781</b>	<b>326.291</b>	<b>181.719</b>	<b>20.834</b>	-	<b>19.786</b>	<b>1.535.544</b>
<b>Amortização</b>	<b>(423.778)</b>	<b>(63.150)</b>	<b>(249.531)</b>	<b>(21.164)</b>	-	-	<b>(19.786)</b>	<b>(777.409)</b>
Amortização no exercício	(43.957)	-	(22.710)	(11.645)	-	-	-	(78.312)
Baixas	1	-	-	-	-	-	1	1
<b>Saldos em 2024</b>	<b>(467.735)</b>	<b>(63.149)</b>	<b>(272.241)</b>	<b>(32.809)</b>	-	-	<b>(19.786)</b>	<b>(855.720)</b>
Amortização no exercício	(46.810)	-	(24.785)	(18.111)	(3.906)	-	-	(69.612)
Baixas	-	-	142	267	-	-	-	409
<b>Saldos em 2025</b>	<b>(514.545)</b>	<b>(63.149)</b>	<b>(296.884)</b>	<b>(50.653)</b>	<b>(3.906)</b>	-	<b>(19.786)</b>	<b>(948.923)</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>101.715</b>	<b>14.632</b>	<b>29.407</b>	<b>131.066</b>	<b>16.928</b>	-	<b>292.873</b>	<b>586.621</b>
<b>Saldos em 2024</b>	<b>122.656</b>	<b>4.691</b>	<b>51.747</b>	<b>101.677</b>	<b>16.928</b>	-	<b>292.873</b>	<b>573.644</b>
Taxa média ponderada de amortização anual	20,14%	-	17,39%	26,51%	25,00%	-	-	20,25%
Vida útil média (em anos)	4 a 20	15	2 a 20	2 a 6	4	2 a 10	-	5

Custo	Consolidado						Direito de uso	Total do intangível
	Software	Marcas e patentes	Carteira de clientes	Ativos de desenvolvimento (I)	Direito de uso licenças de software (iv)	Outros (II)		
<b>Saldos em 2023</b>	<b>882.726</b>	<b>142.517</b>	<b>635.882</b>	<b>110.423</b>	-	-	<b>82.098</b>	<b>2.952.405</b>
Adições	42.087	-	25.610	57.267	-	-	-	124.964
Combinação de negócios	47.698	1.535	101.458	726	-	1.527	410.377	563.321
Variação cambial (iii)	104	-	-	-	-	2	-	106
Baixas	(772)	-	(9.088)	(6.193)	-	-	(42.385)	(58.772)
Ativo mantido para venda (v)	17.275	-	52.414	5.431	-	-	61.398	136.507
<b>Saldos em 2024</b>	<b>989.118</b>	<b>143.707</b>	<b>806.276</b>	<b>167.654</b>	-	-	<b>83.627</b>	<b>3.381.795</b>
Adições	276.633	9.941	2.580	67.611	20.834	-	-	128.599
Combinação de negócios	94	63	(345)	-	-	(917)	8.180	7.075
Variação cambial (iii)	(95)	-	-	-	-	-	-	(95)
Baixas	-	-	(277)	(3.056)	-	-	-	(3.333)
Ativo mantido para venda (v)	(37.076)	-	(71.725)	(8.200)	-	(1.373)	(222.836)	(341.210)
<b>Saldos em 2025</b>	<b>979.674</b>	<b>153.711</b>	<b>736.854</b>	<b>223.664</b>	<b>20.834</b>	-	<b>81.337</b>	<b>3.167.139</b>
<b>Amortização</b>	<b>(543.022)</b>	<b>(95.641)</b>	<b>(402.649)</b>	<b>(35.968)</b>	-	-	<b>(57.544)</b>	<b>(1.134.824)</b>
Amortização no exercício	(77.444)	(5.819)	(61.393)	(14.245)	-	-	(4.655)	(163.556)
Combinação de negócios	(866)	-	(1.498)	(303)	-	-	-	(2.667)
Variação cambial (iii)	(207)	-	-	-	-	-	-	(207)
Baixas	542	15	497	841	-	-	1.895	329
Ativo mantido para venda (v)	(6.591)	-	(4.787)	(17)	-	-	(11.593)	(17.914)
<b>Saldos em 2024</b>	<b>(627.588)</b>	<b>(101.445)</b>	<b>(469.830)</b>	<b>(49.692)</b>	-	-	<b>(62.397)</b>	<b>(1.310.952)</b>
Amortização no exercício	(75.812)	(5.471)	(64.042)	(9.816)	(3.906)	-	(4.367)	(173.414)
Combinação de negócios	-	(1)	(5)	-	-	-	-	(6)
Variação cambial (iii)	76	-	-	-	-	-	-	76
Baixas	-	-	142	616	-	-	-	758
Ativo mantido para venda (v)	13.505	-	7.865	2.625	-	-	5.83	24.578
<b>Saldos em 2025</b>	<b>(689.819)</b>	<b>(106.917)</b>	<b>(525.865)</b>	<b>(66.272)</b>	<b>(3.906)</b>	-	<b>(66.181)</b>	<b>(1.458.960)</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>289.855</b>	<b>46.794</b>	<b>210.989</b>	<b>157.392</b>	<b>16.928</b>	-	<b>3.167.139</b>	<b>3.904.253</b>
<b>Saldos em 2024</b>	<b>361.530</b>	<b>42.262</b>	<b>336.446</b>	<b>117.962</b>	<b>16.928</b>	-	<b>21.230</b>	<b>4.261.225</b>
Taxa média ponderada de amortização anual	13,30%	8,57%	12,42%	26,76%	25,02%	-	20,09%	20,25%
Vida útil média (em anos)	4 a 20	2 a 25	2 a 20	2 a 7	4	2 a 5	-	5

(i) A capitalização de desenvolvimento totalizou R\$67.611 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$57.267 em 31 de dezembro de 2024), correspondente, em sua grande maioria, a projetos voltados ao plano estratégico da Companhia e suas controladas. A amortização dos ativos de desenvolvimento se inicia quando o desenvolvimento é concluído e o ativo está disponível para uso interno ou comercialização; (ii) Contempla, basicamente, direito de não concorrência oriundos de alocação de preço de compra das combinações de negócios; (iii) Inclui os ajustes por inflação das subsidiárias na Argentina; (iv) Direito de uso para licenças de software reconhecido como arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos; (v) Ativo mantido para venda referente à Dimensa e RJ Participações, conforme nota 5. A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos gerados em combinação de negócios são fundamentados em estudo técnico de empresa especializada independente.

15.1. Movimentação do Ágio

A seguir apresentamos a composição dos ágios em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Custo	2023			2024			2025		
	Combinação de negócios (II) (v)	(-) Baixa por venda (I)	Provisão impairment	2024 (Reclassificado) (vi)	Combinação de negócios (III)	Ativo mantido para venda (iv)	2025		
<b>Feedz</b>	<b>89.241</b>	-	-	<b>89.241</b>	-	-	<b>89.241</b>	-	<b>89.241</b>
IP (ii)	-	72.589	-	<b>80.923</b>	-	-	<b>80.923</b>	-	<b>80.923</b>
Ahgora	-	298.184	-	<b>298.184</b>	-	-	<b>298.184</b>	-	<b>298.184</b>
VarejOnline	-	39.604	-	<b>39.604</b>	-	8.180	<b>47.784</b>	-	<b>47.784</b>
Demais ágios	<b>88</b>								

(Continuação)

TOTVS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ 53.113.791/0001-22

**a) Movimentação das provisões** - A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Tribu-tárias	Traba-lhistas	Cíveis	Total	Tribu-tárias	Traba-lhistas	Cíveis	Total
<b>Saldos em 2023</b>	<b>8.025</b>	<b>48.819</b>	<b>32.396</b>	<b>89.240</b>	<b>10.206</b>	<b>64.673</b>	<b>37.111</b>	<b>111.990</b>
(+) Complemento de provisões	41	18.643	14.677	<b>33.361</b>	636	19.226	15.552	<b>35.414</b>
(-) Atualização monetária	131	3.539	621	<b>4.291</b>	294	4.554	993	<b>5.841</b>
(-) Reversão de provisão não utilizada	(895)	(5.813)	(6.401)	<b>(13.099)</b>	(898)	(7.383)	(7.166)	<b>(15.437)</b>
(-) Baixa por pagamento	(6.40)	(18.936)	(9.859)	<b>(29.435)</b>	(851)	(19.590)	(12.042)	<b>(32.483)</b>
(-) Disponível para venda (i)	-	-	-	-	-	947	-	<b>947</b>
<b>Saldos em 2024</b>	<b>6.672</b>	<b>46.252</b>	<b>31.434</b>	<b>84.358</b>	<b>9.397</b>	<b>62.427</b>	<b>34.448</b>	<b>106.272</b>
(+) Complemento de provisão	-	10.904	35.228	<b>46.132</b>	-	12.310	36.254	<b>48.564</b>
(+) Atualização monetária	300	4.160	3.839	<b>8.139</b>	459	4.902	4.124	<b>9.485</b>
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	(2.669)	(7.509)	<b>(10.178)</b>	(52)	(3.327)	(7.690)	<b>(11.069)</b>
(-) Baixa por pagamentos	-	(18.734)	(17.697)	<b>(36.431)</b>	(788)	(26.390)	(18.364)	<b>(45.542)</b>
(-) Disponível para venda (i)	-	-	-	-	-	(947)	-	<b>(947)</b>
<b>Saldos em 2025</b>	<b>6.972</b>	<b>39.913</b>	<b>45.295</b>	<b>92.180</b>	<b>9.016</b>	<b>48.975</b>	<b>48.772</b>	<b>106.763</b>

(i) Passivo mantido para venda conforme nota 5.  
As provisões refletem a melhor estimativa corrente da Administração e sua revisão continua é fruto do monitoramento e controle de riscos da TOTVS. As provisões estão baseadas em análises atualizadas dos seus assessores legais externos, validadas pelo jurídico da Companhia e suas controladas, e experiência adquirida quanto ao histórico de desfecho dos processos judiciais nos quais a Companhia e suas controladas figuram como parte no polo passivo.

**b) Depósitos judiciais** - A seguir estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante:

	Controladora				Consolidado			
	Tribu-tárias	Traba-lhistas	Cíveis	Total	Tribu-tárias	Traba-lhistas	Cíveis	Total
<b>Saldos em 2023</b>	<b>14.000</b>	<b>6.036</b>	<b>9.387</b>	<b>29.423</b>	<b>15.055</b>	<b>8.552</b>	<b>10.225</b>	<b>33.832</b>
(+) Adição em garantias	-	1.012	3.386	<b>4.398</b>	-	1.079	3.400	<b>4.479</b>
(+) Atualização monetária	881	(266)	(51)	<b>564</b>	965	(324)	(28)	<b>613</b>
(-) Baixa por perda	-	(2.249)	(1.290)	<b>(3.539)</b>	-	(3.277)	(1.315)	<b>(4.592)</b>
(-) Reversão por devolução	-	(794)	(4.756)	<b>(5.550)</b>	-	(1.337)	(4.817)	<b>(6.154)</b>
(-) Disponível para venda (i)	-	-	-	-	-	13	9	<b>22</b>
(+) Aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	173	<b>173</b>
<b>Saldos em 2024</b>	<b>14.881</b>	<b>3.739</b>	<b>6.676</b>	<b>25.296</b>	<b>16.193</b>	<b>4.706</b>	<b>7.474</b>	<b>28.373</b>
(+) Adição em garantias	300	1	4.011	<b>4.312</b>	550	20	4.023	<b>4.593</b>
(+) Atualização monetária	1.148	34	(406)	<b>776</b>	1.166	(142)	(364)	<b>660</b>
(-) Baixa por perda	-	(474)	(3.864)	<b>(4.338)</b>	(112)	(766)	(3.864)	<b>(4.742)</b>
(-) Reversão por devolução	-	(164)	(408)	<b>(572)</b>	-	(353)	(424)	<b>(777)</b>
(-) Disponível para venda (i)	-	-	-	-	-	(13)	(9)	<b>(22)</b>
<b>Saldos em 2025</b>	<b>16.329</b>	<b>3.136</b>	<b>6.009</b>	<b>25.474</b>	<b>17.979</b>	<b>3.452</b>	<b>6.836</b>	<b>28.085</b>

(i) Ativo mantido para venda conforme nota 5.  
**21.2. Passivos Contingentes:** A Companhia e suas controladas são parte de ações cujo risco de perda, de acordo com a avaliação de seus assessores legais, validada pelo jurídico interno e a Administração da Companhia, é classificado como possível, para as quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Natureza</b>				
Tributárias	173.059	156.284	222.947	208.652
Trabalhistas	36.169	55.764	45.511	78.749
Cíveis	158.332	178.098	171.289	207.994
	<b>367.560</b>	<b>390.146</b>	<b>439.747</b>	<b>495.395</b>

A seguir, o resumo das principais ações em andamento: **Tributárias** - Em 2015, a Companhia recebeu execução fiscal para a cobrança de ISS no período de 1996 a 2001. Foram apresentados embargos alegando prescrição da cobrança e os autos estão aguardando a conclusão da fase pericial para julgamento na primeira instância judicial. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2025 é de R\$18.817 (R\$18.019 em 31 de dezembro de 2024). Em 2021, a Companhia recebeu uma comunicação da Receita Federal informando a não homologação de pedidos de compensação efetuados com saldo negativo de IRPJ do período de 2015. Foi apresentada impugnação alegando que as retenções sofridas pela Companhia compõem a totalidade do saldo negativo do período, que é suficiente para a quitação dos débitos. Os autos estão aguardando julgamento na primeira instância administrativa. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2025 é de R\$24.774 (R\$22.597 em 31 de dezembro de 2024). Em 2021, a Companhia recebeu uma comunicação da Receita Federal informando a não homologação de pedidos de compensação efetuados com saldo negativo de IRPJ do período de 2016. Foi apresentada impugnação alegando que as retenções sofridas pela Companhia compõem a totalidade do saldo negativo do período, que é suficiente para a quitação dos débitos. Os autos estão aguardando julgamento na primeira instância administrativa. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2025 é de R\$18.382 (R\$17.080 em 31 de dezembro de 2024). Os demais processos classificados como de perda possível de natureza tributária versam sobre cobrança de créditos tributários (municipal / estadual / federal) que a Companhia e suas controladas entendem indevidos. Os valores dessas ações totalizam R\$159.874 em 31 de dezembro de 2025 (R\$150.958 em 31 de dezembro de 2024), não havendo outros processos individualmente relevantes. **Trabalhistas** - Os processos trabalhistas classificados como de perda possível totalizaram R\$45.511 em 31 de dezembro de 2025 (R\$78.749 em 31 de dezembro de 2024), não havendo processos individualmente relevantes. **Cíveis** - Os processos de natureza cível classificados como perda possível individualmente relevantes destaca-se: (i) Ação cível movida por cliente que alega supostos problemas relacionados ao produto implementado, que teria ocasionado danos materiais. O processo encontra-se em fase recursal de decisão parcial de mérito, proferida após a apresentação da defesa. O montante pleiteado atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$15.151 (R\$14.671 em 31 de dezembro de 2024). Os valores das demais ações totalizam R\$156.138 em 31 de dezembro de 2025 (R\$193.323 em 31 de dezembro de 2024), não havendo outros processos individualmente relevantes.

**22. Opção de compra de participação de não controladores**

Refere-se à opção de compra pela Companhia e a opção de venda da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão referente à participação minoritária de 37,5% da controlada Dimensa S.A.. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante é de R\$651.384 (R\$444.771 em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo em 2023</b>	<b>412.655</b>	<b>444.771</b>
Ajuste a valor presente	32.116	170.167
<b>Saldo em 2024 (i)</b>	<b>444.771</b>	<b>170.167</b>
Ajuste a valor presente	36.446	36.446
<b>Saldo em 2025 (i)</b>	<b>651.384</b>	<b>651.384</b>

(i) O saldo de 2024 reconhecido no passivo não circulante foi reclassificado em 2025 para o passivo circulante decorrente da expectativa do exercício da opção e consequente venda da Dimensa conforme comentado na nota 5; (ii) Valor justo na data do balanço conforme abordagem de mercado aplicado ao cenário mais provável de realização da opção. A contrapartida foi contabilizada em reservas de capital por se tratar de transações entre acionistas.

**23. Patrimônio líquido**

**a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social da Companhia era composto por 599.401.581 ações ordinárias nominativas emitidas e totalmente pagas sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	2025		2024	
	Ações	%	Ações	%
LC12 Participações e Empreendimentos Ltda.	50.682.639	8,46%	50.682.639	8,46%
Canada Pension Plan	32.754.201	5,46%	32.754.201	5,46%
BlackRock	31.632.336	5,28%	31.632.336	5,28%
Massachusetts Financial Services Company	30.425.980	5,08%	16.640.800	2,78%
Laércio José de Lucena Cosentino	612.531	0,10%	1.050.306	0,18%
CSHG Senta Pua Fia	144.800	0,02%	144.800	0,02%
Outros	441.390.594	73,64%	452.984.178	75,57%
<b>Ações em circulação</b>	<b>587.643.081</b>	<b>98,04%</b>	<b>585.889.260</b>	<b>97,75%</b>
Ações em tesouraria	117.58.500	1,96%	13.512.321	2,25%
<b>Total em unidades</b>	<b>599.401.581</b>	<b>100,00%</b>	<b>599.401.581</b>	<b>100,00%</b>

**b) Reservas de capital** - Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram compostos da seguinte forma:

	2025	2024
Reserva de ágio (i)	665.676	665.676
Prêmio na aquisição de participação de não controladores	(24.323)	(24.323)
Debêntures convertidas em ações	44.629	44.629
Plano de remuneração baseado em ações	(300.202)	(325.937)
Gastos com emissão de ações	(69.396)	(69.396)
Diluição de participação societária	352.540	352.540
Opção de compra de participação de não controladores (ii)	(531.555)	(361.388)
	<b>137.369</b>	<b>281.801</b>

(i) A Reserva de ágio é composta por R\$31.557 referente à integralização efetuada em 2005 e R\$67.703 referente a reorganização societária com Bematech. Em 2019 houve aumento da reserva de ágio de R\$725.220 referente ao montante do aporte de capital destinado à reserva de capital. Em 2022, conforme resolução CVM 78/2022, foi constituída provisão para o ágio da Supplier, mantendo o benefício fiscal dessa operação em decorrência da reorganização societária dos negócios de Techfin no montante de R\$173.134. O montante de R\$14.330 refere-se à reserva de ágio por incorporação realizada em 2008.  
(ii) Opção de compra de participação de não controladores da Dimensa, conforme nota 22.  
**c) Ações em tesouraria:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica "Ações em tesouraria" possuía a seguinte movimentação:

	Quantidade de ações (unidades)		Valor (em milhares)		Preço médio por ação (em Reais)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>13.376.899</b>	<b>R\$ 283.445</b>	<b>R\$ 219,19</b>			
Recupera	20.037.000	R\$ 571.368	R\$ 28,52			
Utilizadas	(2.120.078)	R\$ (51.591)	R\$ 24,33			
Canceladas	(17.781.600)	R\$ (453.059)	R\$ 25,48			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>13.512.321</b>	<b>R\$ 350.163</b>	<b>R\$ 25,91</b>			
Utilizadas	(1.753.821)	R\$ (45.449)	R\$ 25,91			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>11.758.500</b>	<b>R\$ 304.714</b>	<b>R\$ 25,91</b>			

Em 6 de novembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia até o limite de 18.000.000 de ações ordinárias, para maximizar a geração de valor para o acionista e promover a alocação eficiente de capital, podendo as ações serem mantidas em tesouraria, canceladas ou alienadas nos termos da lei. O programa de recompra teve início no dia 9 de novembro de 2024 e foi encerrado em 7 de novembro de 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve recompra de ações (2.255.500 ações em 31 de dezembro de 2024). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram utilizadas 1.753.821 (1.210.078 em 31 de dezembro de 2024) ações em tesouraria pelo plano de ações restritas, os quais consumiram R\$45.449 (R\$51.591 em 31 de dezembro de 2024) da reserva de capital.

**24. Dividendos e juros sobre capital próprio**

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.781</b>	<b>1.781</b>
(+) Deliberação Juros sobre capital próprio - 01/08/2024	136.811	136.811
(+) Deliberação Juros sobre capital próprio - 25/11/2024	128.893	128.893
(-) Prescrição Dividendos e Juros sobre capital próprio - Art. 287 Lei nº 6.404/76	(911)	(911)
(-) Pagamentos efetuados	(265.352)	(265.352)
<b>Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.222</b>	<b>1.222</b>
(+) Deliberação Juros sobre capital próprio - 18/03/2025	82.026	82.026
(+) Deliberação Juros sobre capital próprio - 18/06/2025	88.144	88.144
(+) Deliberação Juros sobre capital próprio - 17/09/2025	88.144	88.144
(+) Deliberação Juros sobre capital próprio - 10/12/2025	99.899	99.899
(-) Pagamentos efetuados	(357.783)	(357.783)
<b>Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.652</b>	<b>1.652</b>

Al longo do ano de 2025, o Conselho de Administração aprovou a deliberação e o pagamento de Juros sobre capital próprio (JCP) conforme valores e datas apresentados no quadro acima. Os Juros sobre Capital Próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis. Portanto, estão sendo apresentadas em linhas distintas, demonstrando o efeito do imposto de renda. Os dividendos mínimos obrigatórios e os deliberados estão demonstrados no balanço patrimonial como obrigações legais na rubrica de "dividendos a pagar".

**24.1 Reserva de retenção de lucros** - A proposta de orçamento de capital de 2026 a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, destina o saldo no montante de R\$488.941 da conta de reserva de retenção de lucros para as aplicações demonstradas a seguir:

	2026
Aplicações:	
Investimentos em ativos imobilizados e intangíveis	276.084
Investimentos em projetos de desenvolvimento de soluções de software	140.000
Investimentos em projetos estratégicos	72.857
<b>Total das aplicações</b>	<b>488.941</b>

**25. Plano de remuneração baseado em ações**

A Companhia e suas controladas mensuram o custo de transações liquidadas com ações a seus empregados, baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. O Plano de Incentivo baseado em Ações da Companhia e suas controladas estabelece regras para que determinados participantes e administradores da TOTVS ou de outras sociedades sob o seu controle, possam adquirir ações de sua emissão por meio da outorga de ações, para gerar alinhamento a médio e longo prazos dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas e ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que estabelece anualmente programas de outorga, sendo que de acordo com as regras do Código de Ética da Companhia e suas controladas, os administradores não participam das decisões do plano que os beneficiam diretamente. Os planos de ações restritas vigentes são divididos em quatro tipos de programas: (i) Programa ILP Destaques; (ii) Programa ILP Master; (iii) Programa ILP Performance. Para os três programas listados acima, os elegíveis terão direito de receber as ações restritas ao final do período de carência e durante o período de carência, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas. A definição de cada programa está disponível no site de RI da TOTVS: (<https://ri.totvs.com/esa/estatuto-politicas-e-regimento/>), (iv) Bônus discricionário em ações restritas: ainda neste plano será permitido, dentro do limite de diluição das ações previsto, o Conselho poderá, com o objetivo de atratividade e retenção de determinados indivíduos-chave da Companhia e/ou subsidiárias da Companhia, a seu exclusivo critério, utilizar eventual saldo remanescente de Ações Restritas no âmbito deste plano para concessões adicionais aos beneficiários. O valor justo das ações restritas é o valor de mercado

**26. Informações por segmento**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões da Companhia e suas controladas, em três segmentos (ou unidades de negócios) reportáveis: **Segmento TOTVS Gestão:** representa os negócios de software da TOTVS voltados para gestão empresarial, contemplando todas as soluções de ERP, RH e Verticais. **Segmento RD Station:** composto por soluções voltadas à geração de oportunidades e conversão de vendas dos clientes como vendas, marketing digital e *customer experience*. **Segmento TOTVS Techfin:** contempla os negócios de disponibilização de serviços financeiros, como produtos de tecnologia voltados para serviços financeiros, parcerias, produtos que possuem algum grau de risco de crédito e/ou a definição e/ou a aplicação das políticas de crédito através da controlada em conjunto TOTVS Techfin. Neste segmento também estão consolidados os rendimentos das cotas subordinadas dos FIDC I, II e III, para o qual a Supplier, subsidiária da TOTVS Techfin, cede os créditos originados. A seguir apresentamos a demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 para estes três segmentos operacionais:

	TOTVS Gestão		RD Station		TOTVS Techfin		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5.118.400	4.355.954	653.467	558.793	271.016	223.272	6.042.893	5.138.019
(-) Custos	(1.399.727)	(1.191.684)	(176.759)	(139.620)	(111.711)	(91.874)	(1.688.197)	(1.423.160)
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.718.673</b>	<b>3.164.270</b>	<b>476.708</b>	<b>419.173</b>	<b>159.305</b>	<b>131.398</b>	<b>4.354.686</b>	<b>3.714.859</b>
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(828.836)	(715.512)	(122.863)	(110.321)	(19.612)	(19.928)	(971.311)	(845.716)
(-) Despesas comerciais e marketing	(1.040.817)	(902.295)	(208.331)	(180.049)	(25.130)	(22.553)	(1.274.278)	(1.104.897)
(-) Provisão para perda esperada	(50.449)	(40.881)	(9.173)	(13.788)	(16.038)	(15.304)	(75.660)	(69.973)
(-) Despesas gerais e administrativas	(424.770)	(373.772)	(63.140)	(62.082)	(75.906)	(58.279)	(563.816)	(494.133)
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas	11.467	14.720	(6.080)	(32.664)	779	(1.780)	6.166	(19.724)</

(Continuação)



**32. Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento e de responsabilidade civil. Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas. Em 31 de dezembro de 2025, os principais seguros contratados são:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade
		De	Até	
Compreensivo empresarial	Mitsui	julho/2025	julho/2026	259.282
Responsabilidade civil geral	Chubb Seguros	julho/2025	julho/2026	8.000
Veículos (i)	Porto Seguro	janeiro/2025	janeiro/2026	(*) FIPE
D&O – Responsabilidade civil de executivos (ii)	Chubb Seguros	julho/2025	julho/2026	200.000
E&O – Responsabilidade civil profissional	AIG Seguros	setembro/2025	julho/2026	8.750
Cyber – Compreensivo riscos cibernéticos (iii)	AIG Seguros/Tokio Marine	setembro/2025	setembro/2026	70.000

(i) Valor de mercado determinado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas;  
 (ii) Para as operações no México, Argentina e Estados Unidos, a TOTVS S.A. possui uma apólice local emitida em cada país com valor de cobertura de USD1.000.000,00;  
 (iii) Coberturas contratadas para TOTVS S.A. e subsidiária RD com vigência até setembro de 2026.

**33. Eventos subsequentes**

Conclusão da aquisição da TBDC – Em 5 de janeiro de 2026, a subsidiária TTS concluiu, após terem sido atendidas todas as condições precedentes aplicáveis, a aquisição da TBDC pelo montante de R\$80.000, sujeito a ajustes. Emissão de debêntures – Em 6 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública e sob o rito de registro automático, destinada exclusivamente a investidores profissionais, no valor total de R\$3.000.000 e vencimento em 29 de janeiro de 2033. As debêntures terão valor nominal unitário de R\$1 na data de emissão. Sobre o valor nominal unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, acrescida, exponencialmente de sobretaxa (spread) equivalente a 0,59% a.a., base 252 dias úteis. Alienação da subsidiária Dimensa – Em 02 de fevereiro de 2026, a Companhia celebrou contrato de compra e venda para alienação da totalidade das ações da subsidiária Dimensa S.A. para a Evertec Brasil Informatica S.A. pelo montante aproximado de R\$1,4 bilhão (Equity value), resultante da posição de caixa líquido de 31 de dezembro de 2025 e do valor base de R\$950 milhões (Enterprise value). Nesta mesma data, em ato imediatamente precedente, a TOTVS celebrou com a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão contrato para a aquisição de ações representativas de 37,5% do capital social da Dimensa, pelo montante de R\$665 milhões, em decorrência do exercício, pela B3, de opção de venda nos termos do acordo de acionistas de forma a consolidar a participação da TOTVS como única acionista da Dimensa, e, ato contínuo, possibilitar a venda da totalidade da participação detida na Dimensa à Evertec. Os fechamentos das duas transações deverão ocorrer de forma conjunta e dependem de aprovação da autoridade concorrencial e da verificação de outras condições precedentes usuais para transações desta natureza. O fechamento da transação B3 é uma condição precedente para o fechamento da transação. Adicionalmente, o contrato contempla cláusulas de ajuste de preço por variações de capital de giro e caixa / dívida líquida, bem como disposições de indenização e obrigações de não concorrência e não aliciamento, conforme usualmente praticados em operações dessa natureza.

**A DIRETORIA** **Contador: HUDSON BASILIO MAGRI – Contador – CRC 1SP304325/O-6**

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

**Introdução**

A TOTVS conta com um Comitê de Auditoria desde 28 de maio de 2007, sendo que o órgão passou a ser previsto no Estatuto Social em 05 de abril de 2018. Posteriormente, em 04 de novembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a alteração de sua denominação para Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”), além de um novo Regimento Interno, exclusivo para o Comitê, e que atende aos requisitos estabelecidos na Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021.

O Regimento Interno vigente do CAE estabelece as atribuições do Comitê que, em síntese, são: garantir a adequada operacionalização dos processos da gestão das Auditorias Interna e Independente, dos mecanismos e controles relacionados ao Gerenciamento de Riscos e da coerência das Políticas Financeiras e de Governança com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio. Cabe também ao CAE zelar pela qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras da Companhia, fazendo recomendações à Administração quanto à aprovação dos relatórios financeiros e de eventuais ações, visando melhorias no ambiente dos Controles Internos e de Gestão dos Riscos Priorizados. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observações diretas.

Atualmente o CAE é composto por Gilberto Mifano (Coordenador), Ricardo Grosvenor Breakwell, Tania Sztamfater Chocolat, eleitos pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2024, e Edson Georges Nassar, eleito pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2025, todos membros independentes, com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração subsequente à Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2026, sendo que o Ricardo Grosvenor Breakwell é membro externo e detém conhecimentos e experiência em auditoria externa e controladoria de companhias abertas, bem como as reguladas pelo Banco Central.

Nos termos do Regimento Interno, o CAE deve se reunir, no mínimo, uma vez por bimestre. Durante o exercício social de 2025, o Comitê reuniu-se por 12 (doze) vezes, sendo 11 (onze) reuniões ordinárias, previamente programadas e uma reunião extraordinária, registrando-se presença da totalidade dos membros em 100% (cem por cento) das reuniões.

Em 06 de fevereiro de 2026, o Comitê apreciou e recomendou a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Ao longo das reuniões, representantes da Diretoria e outras áreas participaram para aprofundar discussões. Adicionalmente, o CAE realizou sessões exclusivas trimestrais com a Auditoria Independente e sessões exclusivas apenas entre seus membros, sem a presença de convidados. Em cada reunião ordinária do Conselho, o Coordenador apresentou as recomendações e o relato das atividades.

**Temas Discutidos**

Seguindo seu plano anual de reuniões e assuntos a tratar, o CAE analisou, monitorou, discutiu, opinou e emitiu recomendações, cujos principais temas foram: **(i) Auditoria Independente:** discussão do contrato de prestação de serviços dos auditores independentes, abordando o escopo requerido e culminando na recomendação ao Conselho de Administração de renovação do contrato com a firma de auditoria em 2025; discussão do planejamento, escopo e principais conclusões obtidas nas revisões trimestrais (“ITRS”) e o parecer para a emissão das demonstrações financeiras de 2025 (“DFs 2025”); discussão das recomendações apontadas na Carta de Controles Internos, bem como dos respectivos planos de ação propostos pelas áreas internas para a correção ou melhoria destes pontos; conhecimento dos resultados do relatório ISAE 3402/2025<sup>1</sup>; discussão e aprovação do Plano de Trabalho da Auditoria Independente, e discussões sobre os apontamentos realizados pela Auditoria Independente acerca dos controles gerais de tecnologia da informação (“ITGC”); e avaliação da atuação da Auditoria Independente e realização de sessão de devolutiva com seus profissionais. **(ii) Auditoria Interna:** avaliação e discussão dos relatórios dos trabalhos de Auditoria Interna emitidos para os principais processos da Companhia, suas controladas e em empresas integrantes do Sistema TOTVS de Franquias, resultados de investigações especiais, incluindo as deficiências identificadas, justificativas e ações corretivas; acompanhamento das ações corretivas dos pontos de auditoria identificados nos trabalhos da Auditoria Interna; apresentação do Plano Anual da Auditoria Interna referente ao exercício de 2025; discussão da matriz de riscos da Companhia aplicada às atividades da Auditoria Interna para o exercício de 2025; acompanhamento de indicadores recorrentes definidos pelo CAE, referentes aos trabalhos de Auditoria Interna, Controles Internos, Gestão de Riscos, Compliance e Canal de Ética, com a definição dos níveis de atenção para cada indicador e reporte ao Conselho de Administração; apreciação e recomendações quanto ao Relatório de Atividades da Auditoria Interna de 2024 (“RAINT”); e ciclo anual de avaliação da área, do cumprimento das metas do exercício, baseado no material de evidências apresentadas, e do desempenho do responsável pelo departamento de Auditoria Interna, bem como aprovação da proposta de metas para o exercício de 2025. O Comitê também validou as metas da equipe de Auditoria Interna, subordinada ao Executivo Auditor Chefe.

**(iii) Controles Internos, Gestão de Riscos Corporativos e Compliance:** avaliação e discussão da Matriz de Riscos Priorizados da Companhia, para eventual descrição dos fatores de risco na atualização do Formulário de Referência, com o acompanhamento dos planos de mitigação dos riscos junto aos responsáveis pela sua execução; acompanhamento do ciclo de monitoramento da gestão de riscos, sugerindo melhorias nos processos, estabelecendo os pontos de contato entre a Diretoria e o Conselho de Administração; programação e acompanhamento da implantação dos planos de ação para atendimento ao Programa de Integridade estabelecido pela Companhia para o ano de 2025; análise acerca das condições para contratação ou renovação do seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (“D&O”); acompanhamento do Plano de Continuidade dos Negócios, incluindo o Business Impact Analysis (BIA); acompanhamento de indicadores recorrentes definidos pelo CAE, nos blocos de Controles Internos, Gestão de Riscos, Compliance e Canal de Denúncias, com a definição dos níveis de atenção para cada indicador, com reporte ao Conselho de Administração; resultados dos testes do ambiente de riscos e controles internos e apresentação da ferramenta utilizada nos testes; e apresentação dos resultados financeiros das franquias e os indicadores da área de canais. **(iv) Gestão Financeira, Provisões e Indicadores:** avaliação e opinião para deliberação pelo Conselho de

Administração das Demonstrações Financeiras trimestrais e anual, incluindo o acompanhamento do conteúdo dos respectivos *Releases* de Resultados e ainda o orçamento de capital da Companhia; avaliação da proposta de destinação de resultados relativos ao exercício social findo em 2025; acompanhamento dos Resultados Financeiros da controlada Dimensa S.A. e co-controlada TOTVS Techfin S.A.; avaliação e recomendação de aprovação das propostas de declaração e de distribuição de juros sobre capital próprio; resultado dos procedimentos adotados para revisão dos testes anuais de *Impairment* e apreciação da proposta da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos; acompanhamento acerca da capitalização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (“P&D”); acompanhamento das atividades e dos temas discutidos pela Comissão de Assuntos Tributários e pela Comissão de Assuntos Trabalhistas; acompanhamento e avaliação dos impactos da reforma tributária na Companhia; acompanhamento de riscos, materializados e não materializados, do contencioso cível, trabalhista e tributário, e das respectivas provisões para contingências; acompanhamento e recomendações ao Conselho de Administração e à Diretoria sobre contratação de auditorias, relatórios de *Due Diligence*, premissas de valoração e riscos de operações envolvendo fusões e aquisições (“M&A”); acompanhamento da evolução dos pagamentos referentes às empresas adquiridas (“*Earn out*”); discussões sobre estruturação para emissão de Debêntures; e acompanhamento dos resultados da pesquisa *Net Promoter Score* (“NPS”), indicadores de *Churn* econômico e ações de retenção e aprimoramento da satisfação dos clientes quanto aos serviços prestados, considerando possíveis impactos financeiros para a Companhia. **(v) Segurança da Informação e Privacidade de Dados:** acompanhamento dos planos de ação para mitigação de fragilidades e o aprimoramento dos controles gerais de tecnologia da informação (“ITGC”), acompanhamento e discussão dos eventos de segurança da informação, privacidade de dados, *cybersecurity* e *cloud*, bem como do desenvolvimento e implementação dos planos de ação relacionados ao reforço da segurança do ambiente e às fragilidades identificadas, acompanhamento dos riscos associados à Segurança da Informação; acompanhamento do processo de renovação do seguro de *Cybersecurity*; e acompanhamento e discussão sobre questões envolvendo a Lei Geral de Proteção de Dados e projetos de aderência aos requisitos da Lei. **(vi) Governança Corporativa:** discussão e acompanhamento dos processos anuais de atualização do Formulário de Referência, do Relato Integrado referente ao ano-base 2024-2025, do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, do Inventário de Carbono no modelo do *Carbon Disclosure Project* (“CDP”) para recomendação de aprovação pelo Conselho; acompanhamento do processo de preparação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinárias de 2025, com análise e recomendações sobre os documentos de convocação das assembleias a serem submetidos à deliberação pelos acionistas; acompanhamento do Relatório Mensal de Oficinas de Órgãos Reguladores; discussão e recomendação quanto à deliberação e divulgação pelo Conselho de Administração da revisão dos seguintes documentos normativos: Política de Indenidade; Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos; Política da Transação com Partes Relacionadas; Política de Alçadas; Política de Contribuições, Doações e Patrocínio; Política de Elaboração e Publicação de Documentos Normativos; e Política de Segurança da Informação Corporativa; recomendação para aprovação do orçamento anual do Comitê para o exercício social de 2026, contemplando as despesas do órgão, despesas relativas aos serviços de Auditoria Independente e as despesas da área de Auditoria Interna; acompanhamento e avaliação regular das manifestações recebidas pelo Canal de Denúncias, das atividades da Comissão de Ética e Conduta das investigações realizadas e providências adotadas pela Administração, com relato ao Conselho de Administração; participação do Coordenador do CAE na Assembleia Geral Ordinária para eventual esclarecimento de dúvidas dos acionistas; avaliação e recomendação ao Conselho quanto às transações realizadas com partes relacionadas; condução do processo anual de autoavaliação do Comitê e avaliação das áreas ligadas ao órgão; e elaboração do relatório anual de atividades do CAE referente a 2024.

<sup>1</sup> A Auditoria Independente declarou a ausência de conflitos ou de comprometimento à sua independência quanto às atividades desempenhadas no âmbito da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, em conformidade com a Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021.

**Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário**

**Demonstrações Financeiras Anuais de 2025:**

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutária da TOTVS S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer preliminar dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2025”), e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes Ltda., bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2025, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendaram a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2026.

<b>Gilberto Mifano</b>
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Governança e Indicação e do Conselho de Administração
<b>Edson Georges Nassar</b>
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, membro do Comitê de Ética e Remuneração e do Conselho de Administração
<b>Ricardo Grosvenor Breakwell</b>
Membro Externo do Comitê de Auditoria Estatutário, com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária
<b>Tania Sztamfater Chocolat</b>
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho de Administração

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da TOTVS S.A.**  
 São Paulo – SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TOTVS S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TOTVS S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.” Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de software não recorrente	
Veja a Nota 2.4 h) e 28 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As receitas da Companhia e de suas controladas contemplam a prestação de serviços denominados softwares recorrentes e softwares não recorrentes. As receitas de softwares não recorrentes incluem serviços de implementação e customização de softwares que requerem o uso de estimativas na projeção de custos totais necessários para cumprir a obrigação de desempenho por contrato de cliente. A obrigação de desempenho desse tipo de receita se dá ao longo do tempo em que o serviço é prestado, com base nas horas incorridas, margens estimadas e preços praticados nos respectivos contratos com seus clientes. De acordo com cada contrato, tais receitas podem ter sido faturadas ou não. Os serviços não recorrentes, ocorrem em grande volume e dependem de controles que determinem as efetivas horas incorridas e margens praticadas, bem como controles que assegurem a correta mensuração e registros dessa receita no momento em que as obrigações de desempenho dos contratos sejam atendidas. Pelos motivos acima mencionados, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Entendimento do processo e avaliação do desenho e efetividade dos controles internos relevantes utilizados pela Companhia e pelos seus componentes considerados como significativos, no curso da auditoria, relacionados ao reconhecimento de receitas de softwares não recorrentes; (ii) Testes em bases amostrais das receitas de softwares não recorrentes, de modo a verificar os termos contratuais das propostas de prestação de serviços, as horas incorridas nos projetos, a mensuração dessa hora e a margem estimada, para concluir sobre o adequado reconhecimento de receita, inclusive em relação ao registro em seu correto período de competência (corte); (iii) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes em relação ao reconhecimento de receitas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores reconhecidos e as divulgações sobre receitas de softwares não recorrentes são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Valor recuperável do ágio**

Veja a Nota 2.4 d) e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As demonstrações financeiras consolidadas incluem o montante de R\$1.825.883 mil, relativo ao ágio alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC) RD provenientes de combinações de negócios, cuja realização está fundamentada na expectativa de rentabilidade futura, de acordo com o plano de negócios preparado pela Companhia. Para a avaliação anual da recuperabilidade de tais ativos, a Companhia avalia a probabilidade de ocorrência dos lucros futuros e premissas e julgamentos utilizadas na determinação das estimativas de rentabilidade futura da unidade geradora de caixa, que incluem taxa de crescimento dos negócios, as projeções de fluxos de caixa e taxas de desconto. Devido à relevância e o grau de julgamento envolvido no processo de determinação da estimativa de rentabilidade futura por parte da Companhia, inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Obtenção do entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) RD disponibilizados pela Companhia. (ii) Avaliação da razoabilidade da determinação da Unidade Geradora de Caixa (UGC) RD para o teste de redução ao valor recuperável. (iii) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, para a UGC RD, avaliamos as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, especialmente aquelas relacionadas às taxas de crescimento dos negócios, às projeções de fluxos de caixa e às respectivas taxas de descontos, e comparação das premissas utilizadas pela Companhia, quando disponíveis, com dados obtidos de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e taxas de desconto. (iv) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas consideram todas as informações relevantes. Baseado nos procedimentos de auditoria acima resumidos para testar o valor recuperável do ágio da UGC RD e nos resultados obtidos, consideramos que os mesmos são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo.

**Outros assuntos – Demonstrações de valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

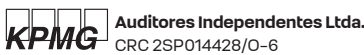
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026



**Wagner Bottino**  
 Contador CRC 1SP196907/O-7

